



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES



1  
PSR

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2023 – PROCESSO Nº 055/2023**

**TIPO DE LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO PELO MENOR PREÇO**

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP E MEI**

Pregoeiro: Paulo Sérgio Rangel

Equipe de apoio: Adriana Rodrigues Costa  
Bruno Arcoverde Cavalcante  
Mauro Rodrigo Gilberto Carneiro

O **SERVIÇO DE ÁGUA E SANEAMENTO - SAS**, inscrito no CNPJ 17.714.486/0001-22, com sede na Av. Governador Benedito Valadares, 181, Bairro Padre Cunha, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação para aquisição do objeto informado na cláusula 2 deste Edital, cuja direção e julgamento serão realizados pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 23.804/2023, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 8.666/93 e modificações posteriores, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, modificada pela Lei Complementar 147/2014, Decreto Federal 8.538/2015, Lei Municipal 4.239/2009, o Decreto Municipal nº 7.673/2014, e as condições deste instrumento convocatório.

- **Início do recebimento das propostas: 18/12/2023, às 15:00 horas.**
- **Fim do recebimento das propostas: 11/01/2024, às 13:00 horas.**
- **Início do Pregão: 11/01/2024, às 14:00 horas.**

**LOCAL:** <https://bllcompras.com>

- **Formalização de Consultas:** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, preferencialmente por meio eletrônico via internet, no endereço <https://bllcompras.com>
- **Referência de tempo:** para todas as referências de tempo será utilizado o horário de Brasília/DF.
- **Impugnação/Remessa de documentos e informações:** <https://bllcompras.com>

**Compõem este Edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:**

- Anexo 01 – Descrição do objeto;
- Anexo 02 – Relação de documentos exigidos para habilitação;
- Anexo 03 – Modelo de declarações diversas;
- Anexo 04 – Modelo de proposta comercial;
- Anexo 05 – Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP/MEI;
- Anexo 06 – Termo de Referência;
- Anexo 07 – Minuta do Contrato.

## **1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 – O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada nos §§ 2º e 3º do Artigo 2º da Lei 10.520/2002.



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



2  
PSR

1.2 – Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) do Município de BARBACENA/MG, denominado(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “BLL Compras” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (<https://bilcompras.com>)

### 2 – OBJETO

2.1 – O objeto da presente licitação é a aquisição de 1 (um) Quadro de Comando Elétrico a ser instalado na ETA II e 3 (três) Dispositivos de proteção contra surto de média tensão, conforme especificações contidas no **Anexo 01**, Minutas de Contrato e demais anexos, que são partes integrantes deste edital.

2.2 – A licitação será na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço.

### 3 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 – As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

17.512.0034.1142 – MELHORIAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAS

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

### 4 – RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

4.1 – O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação na licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa.

### 5 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 – Esta licitação é exclusiva para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e MEI, qualificadas como tais nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Federal 8538/2015, cujo contrato social seja compatível com o objeto licitado e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

5.2 – A Microempresa, MEI ou Empresa de Pequeno Porte deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006).

5.3 – Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

5.3.1 – Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou através de uma corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, telefone: (41) 3097-4600 – até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do Pregão.

5.3.2 – A participação no Pregão é de total responsabilidade do licitante e está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento, até o limite de horário previsto.

5.3.3 – O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.

5.4 – Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



3  
PSR

5.5 – A vencedora do certame será, obrigatoriamente, a fornecedora dos produtos contratados, sendo vedada a transferência e/ou subcontratação a qualquer título, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

### 6 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

#### 6.1 – CONDUÇÃO DO CERTAME:

6.1.1 - O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas, indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

#### 6.2 – CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL

6.2.1 – As pessoas jurídicas interessadas deverão nomear, através do Termo de Credenciamento, operador devidamente habilitado pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, ou pela própria Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <https://bilcompras.com>.

6.2.2 – A licitante deverá manifestar, no campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

6.2.3 – O acesso do operador ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.2.4 – A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

6.2.5 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.2.6 – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.2.7 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

#### 6.3 – PARTICIPAÇÃO

6.3.1 – A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.



6.3.2 – Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

6.3.3 – Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (41) 3097-4600, e-mail: [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

6.3.4 – Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

### **6.4 – ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

6.4.1 – A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

6.4.2 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
- b) que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam sua identificação.

6.4.3 – Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.4.4 – O participante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.

**6.4.4.1 – O lance ofertado é irrevogável e de inteira responsabilidade do licitante.**

6.4.5 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.4.6 – Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

6.4.7 – No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

6.4.8 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, por meio de mensagem eletrônica na caixa de mensagem (chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.

6.4.9 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 30 (trinta) segundos a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances (FECHAMENTO RANDÔMICO).

6.4.10 – O sistema informará, na ordem de classificação, todas as propostas, partindo da proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

6.4.11 – O(A) Pregoeiro(a) anunciará o licitante detentor da melhor proposta ou lance de menor preço, imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

6.4.12 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



5  
PSR

Edital. Também, nessa etapa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;

6.4.13 – Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação;

6.4.14 – Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço;

### 7 – PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 – O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2 – O preenchimento da proposta eletrônica deverá, obrigatoriamente, ser feito por meio do sistema BLL, contendo as ESPECIFICAÇÕES, MARCA, MODELO (no que couber) e VALOR do produto ofertado. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações, marca e valor do produto neste campo implicará desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

7.3 – Na hipótese do licitante ser Microempresa (ME), Microempreendedor Individual (MEI) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), será necessária a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica, sob pena do licitante enquadrado nessa situação não utilizar os benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

7.4 – O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **Anexo 01**;

7.5 – A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão. **Em caso de ausência ou divergência desta informação, prevalecerá a estabelecida no edital.**

7.6 – O preço proposto será considerado completo e abrange todos os tributos impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos diretos e indiretos, encargos sociais, trabalhistas, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, produtos, transporte do produto e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

### 8 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1 – Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de qualidade e demais condições definidas neste Edital;

8.2 – O(A) Pregoeiro(a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor preço;

8.3 – Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;

8.4 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

### 9 – DOS CRITÉRIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

9.1 – Na hipótese de empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e Lei Municipal nº 4.239/2009, será procedido o seguinte:



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



6  
PSR

9.2 – A ME, EPP e MEI melhor classificada será convocada para apresentar a nova proposta após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, aplicando-se a regra aos demais licitantes que se enquadrarem na hipótese de ME – EPP – MEI.

9.3 – Não ocorrendo a contratação na forma do item anterior serão convocadas as remanescentes que se enquadrem como ME – EPP – MEI na ordem classificatória, para o exercício dos direitos trazidos pela Lei Complementar nº 123/06 e Lei Municipal nº 4.239/2009.

9.4 – No caso de equivalência dos percentuais apresentados pelas ME, EPP e MEI, que se encontrem na situação descrita no item referente ao Empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a oferta.

9.5 – O disposto nos itens anteriores somente se aplicará quando a melhor proposta, superada a fase de lances, não tiver sido apresentada por ME, EPP e MEI.

9.6 – Neste momento, o pregoeiro verificando que há licitante na condição de ME – EPP – MEI, em caso positivo, indagá-la-á sobre a intenção do exercício das prerrogativas trazidas pela Lei Complementar n. 123/06 e Lei Municipal nº 4.239/2009.

9.7 – A licitante devidamente enquadrada como ME, EPP e MEI, em conformidade com a Lei Complementar n. 123/06, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, na forma do Decreto Federal 8.538/2015;

9.8 – Será concedido à licitante vencedora, enquadrada no caput deste item, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a regularização das pendências, prorrogáveis uma única vez, por igual período, desde que solicitado, por escrito, pela licitante, a critério da Administração Pública.

9.9 – A não regularização das pendências, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades impostas pela cláusula SANÇÕES do edital e Lei n. 8.666/93.

## 10 – PROPOSTA ESCRITA E DOCUMENTAÇÃO

10.1 – A habilitação das proponentes será verificada por meio do SICAF, ou CRC emitido pelo Município de Barbacena, com certidões atualizadas, válidas e regulares, e nos documentos por eles abrangidos conforme **Anexo 02** a fim de comprovar a regularidade de situação do autor da proposta, avaliada na forma da Lei 8.666/93.

10.1.1 – Para os licitantes que não possuem os cadastros informados na cláusula 10.1, deverão ser apresentados, em sua integralidade, os documentos elencados no **Anexo 02** do Edital, com certidões atualizadas, válidas e regulares.

10.1.2 – O Registro no SICAF ou CRC deve ser anterior a realização do pregão.

10.1.3 – As ME, EPP e MEI deverão apresentar a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, na forma do art. 4º do Decreto Federal 8.538/2015.

10.1.3.1 – Serão aceitas certidões de regularidade negativas ou positivas com efeito de negativas.

10.1.4 – As certidões que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

**10.2 – Os documentos relativos à habilitação deverão ser incluídos, previamente, em campos próprios na plataforma BLL, até o horário de cadastramento da proposta.**

**10.2.1 – Deverão ser incluídos na seção “Outros Documentos” os documentos constantes do Anexo 2 deste edital que não possuem campo para inserção em campo próprio da plataforma BLL.**

**10.3 – A proposta escrita do licitante detentor do menor preço, devidamente ajustada com os preços finais após a etapa de lances, deverá ser encaminhada através de campo próprio na Plataforma da BLL (na seção “Documentos Complementares – Pós-Disputa”), no prazo de 02 (duas) horas do encerramento dos lances, devidamente assinados.**



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



7  
PSR

10.3.1 – O prazo previsto na cláusula 10.3 será contado a partir da comunicação feita pelo pregoeiro, no campo de mensagens da plataforma BLL, notificando o encerramento da etapa de lances.

10.3.1.1 – O prazo previsto na cláusula 10.3 poderá ser prorrogado por igual período, a critério do(a) Pregoeiro(a), de ofício – ou mediante requerimento devidamente fundamentado –, que comunicará sua decisão no campo de mensagens da plataforma eletrônica.

10.3.2 – O Pregoeiro poderá solicitar, caso entenda necessário, o encaminhamento da documentação original ou em cópia autenticada, da empresa vencedora, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da data da sessão pública virtual, para a Diretoria de Licitações – Rua Baronesa Maria Rosa, 378, Bairro Boa Morte, CEP 36.201-002, Barbacena/MG, sem prejuízo da obrigatoriedade do envio dos documentos na forma dos itens 10.2 e 10.3,

10.3.3 – O comprovante de postagem deverá ser enviado por e-mail (licitacao@barbacena.mg.gov.br) no mesmo dia da postagem, para fins de comprovação do cumprimento do prazo acima estabelecido.

10.4 – As ME, EPP e MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

10.4.1 – Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme art. 4º do Decreto 8.538/2015, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME, EPP ou MEI for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.4.2 – A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao(à) Pregoeiro(a).

10.4.3 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

10.4.4 – A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado ao(à) Pregoeiro(a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

10.5 – O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e proposta dentro dos prazos acima estabelecidos, ou sua apresentação em desconformidade com o previsto, acarretará a desclassificação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas na cláusula sanções deste Edital, podendo o(a) Pregoeiro(a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente;

10.6 – Após a conferência dos documentos de habilitação e proposta readequada, caso estejam de acordo com o solicitado no Edital, será(ao) declarada(s) a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) lote(s), ocasião em que o Pregoeiro enviará mensagem, no sistema, informando a data e hora da abertura do prazo de Manifestação de Intenção de Recurso.

10.6.1 – O Pregoeiro informará a data e hora previstas na cláusula 10.6 com antecedência mínima de 1 (uma) hora, sendo de inteira responsabilidade das licitantes acompanharem todos os atos na plataforma eletrônica.

10.6.2 – O prazo estabelecido na plataforma eletrônica para manifestação de intenção de recurso é de 15 (quinze) minutos.

10.7 – A Proposta de Preços escrita (**Anexo 04**), com a especificação completa conforme **Anexo 01** e com os valores oferecidos após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social,



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



8  
PSR

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Inscrição Estadual e/ou Municipal, endereço completo, número de telefone, número de agência e conta bancária, e deverá conter:

a) Preço unitário e total do lote, em algarismos, em moeda corrente do país, estando nele incluídas despesas, impostos, taxas, frete e demais encargos;

b) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais. **Em caso de ausência ou divergência desta informação, prevalecerá a estabelecida no edital.**

c) Especificação completa do produto oferecido, incluindo marca e modelo (no que couber), com as informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, no mínimo conforme descrito no **Anexo 01**, deste Edital;

d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente;

10.8 – Atendidos todos os requisitos, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o **MENOR PREÇO POR LOTE**;

10.9 – Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado neste Edital.

10.10 – Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor;

10.11 – Serão rejeitadas as propostas que contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários; sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado; contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou sejam manifestamente inexequíveis, por decisão do(a) Pregoeiro(a);

10.12 – Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerá o de menor valor.

### 11 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

11.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, qualquer pessoa que não se manifestar até o 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que o viciaram, direta e PREFERENCIALMENTE na PLATAFORMA DA BLL (<https://bllcompras.com>), ou pelo e-mail [licitacao@barbacena.mg.gov.br](mailto:licitacao@barbacena.mg.gov.br)

11.1.1 – Caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, antes da data de abertura da Sessão do Pregão.

11.2 – A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem anterior, não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

11.3 – Caso procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, salvo nos casos em que as alterações decorrentes da impugnação não alterarem a apresentação das propostas de preços.

11.4 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.5 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro que, não reconsiderando sua decisão, o fará subir ao Diretor-Geral do SAS, devidamente informado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que deverá proferir sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

11.6 – O recurso deverá ser apresentado no prazo estipulado neste edital, e deverá ser elaborado e inserido diretamente na PLATAFORMA DA BLL, **em campo próprio para a inserção deste tipo de documento, disponibilizado pela plataforma (<https://bllcompras.com>)**.





11.7 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, bem como a não apresentação das razões de recurso, importará na decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora. Não será aceito o Recurso, cujas razões não estejam relacionadas àquelas manifestadas na intenção de recorrer.

11.8 – O Recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9 - Decididos os recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

## 12 – CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

12.1 - A contratada deverá entregar os produtos, no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações constantes deste edital e da proposta ofertada, na sede do SAS, à Avenida Governador Benedito Valadares, nº 181, Bairro Padre Cunha, com carga e descarga por conta do fornecedor ou em outro local dentro do perímetro urbano do município de Barbacena, informado pelo responsável pela emissão da Autorização de Fornecimento, no horário de 09.00 às 17:00 horas.

12.2 - A contratada terá até 30 (trinta) dias para a entrega dos produtos, contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitido pelo Setor de Compras do SAS.

12.2.1 - Serão realizados dois pedidos, um pedido em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato e outro pedido 06 (seis) meses após a assinatura do contrato.

12.3 - A contratada deverá comunicar com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas ao setor competente, através do número (32) 3339-6835 ou (32) 3339 -6800 para que no momento da entrega a Comissão de Recebimento de Materiais do SAS esteja presente para o correto recebimento.

12.4 - Todos os produtos deverão ser fabricados conforme Normas Técnicas da ABNT a empresa Contratada deverá seguir os procedimentos das NORMAS, abaixo elencadas:

12.4.1 - NR 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

12.4.2 - NBR 5280:1983 - Símbolos literais de identificação de elementos de circuito;

12.4.3 - NBR 5410:2008 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

12.4.4 - NBR 5419-1:2015 - Proteção contra Descargas Atmosféricas Parte 1: Princípios gerais;

12.4.5 - NBR 5419-2:2018 - Proteção contra Descargas Atmosféricas Parte 2: Gerenciamento de Risco;

12.4.6 - NBR 5419-3:2018 - Proteção contra Descargas Atmosféricas Parte 3: Danos físicos a Estrutura Perigos Vida;

12.4.7 - NBR 5419-4:2018 - Proteção contra Descargas Atmosféricas Parte 4: Sistemas Elétricos e Eletrônicos internos na Estrutura;

12.4.8 - NBR 5444:1989 - Símbolos Gráficos para Instalações Elétricas Prediais;

12.4.9 - NBR 6181:2003 - Classificação de meios Corrosivos;

12.4.10 - NBR 7008-1:2021 - Chapas e bobinas de aço revestidas com zinco ou liga zinco-ferro pelo processo contínuo de imersão a quente - parte 1: requisitos;

12.4.11 - NBR 9209:1986 - Preparação de superfícies para pintura - processo de fosfatização - procedimento;

12.4.12 - NBR 11003:2010 - Tintas - determinação da aderência;

12.4.13 - NBR 13570:2021 - Instalações Elétricas em locais de Afluência de Público – Requisitos Específicos;

12.4.14 - NBR 15014-2003 - Conversor a Semicondutor - Sistema de Alimentação de Potência Ininterrupta, com saída em Corrente Alternada (Nobreak) – Terminologia;

12.4.15 - NBR 16384:2020 - Segurança em Eletricidade;

12.4.16 - NBR 16521:2016 - Cabeamento Estruturado Industrial;



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



10  
PSR

- 12.4.17 - NBR 16932:2020 - Redes e Sistemas de Comunicação para Automação de Sistemas de Potência - Orientações sobre Engenharia de Rede;
- 12.4.18 - NBR IEC 60050-426:2022 - Vocabulário eletrotécnico internacional - Parte 426: Equipamentos para atmosferas explosivas;
- 12.4.19 - NBR IEC-60079-14:2016 - Atmosferas explosivas - Parte 14: Projeto, seleção e montagem de instalações elétricas;
- 12.4.20 - NBR IEC 60309-1-2011 Plugues e tomadas para uso industrial Parte 1: Requisitos gerais;
- 12.4.21 - NBR IEC 60445:2020 - Princípios Básicos e de Segurança para as Interfaces Homem máquina, Marcação e Identificação - Identificação dos Bornes de Equipamentos, das extremidades dos Condutores e dos Condutores;
- 12.4.22 - NBR IEC 60529:2017 - Graus de proteção para invólucros de equipamentos elétricos (Código IP);
- 12.4.23 - NBR IEC 60947-1:2013 - Dispositivo de manobra e comando de baixa tensão Parte 1: Regras gerais;
- 12.4.24 - NBR IEC 60947-2:2013 - Dispositivo de manobra e comando de baixa tensão Parte 2: Disjuntores;
- 12.4.25 - NBR IEC 60947-3:2014 - Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão Parte 3: Interruptores seccionadores, interruptores-seccionadores e unidades combinadas com fusíveis;
- 12.4.26 - NBR IEC 60947-4-1:2018 - Dispositivo de manobra e comando de baixa tensão Parte 4-1: Contatores chaves de partidas de motores - Contatores e chaves de partidas de motores eletromecânicos;
- 12.4.27 - NBR IEC 60947-4-2:2011 - Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão Parte 4-2: Contatores e partida de motores - Controladores de partida de motores c.a. a semicondutores;
- 12.4.28 - NBR IEC 60947-5-1:2020 - Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão Parte 5-1: Dispositivos e elementos de comutação para circuitos de comando — Dispositivos eletromecânicos para circuito de comando;
- 12.4.29 - NBR IEC 60947-6-1:2015 - Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão Parte 6-1: Equipamentos com funções múltiplas - Equipamentos de comutação de transferência;
- 12.4.30 - NBR IEC 60947-7-1:2014 - Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão Parte 7-1: Equipamentos auxiliares — Blocos de conexão para condutores de cobre;
- 12.4.31 - NBR IEC 60947-7-2:2014 - Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão Parte 7-2: Dispositivos auxiliares - Blocos de conexão para condutor de proteção para condutores em cobre;
- 12.4.32 - NBR IEC 61000-4-13:2021 - Compatibilidade Eletromagnética (EMC) Parte 4-13: Técnicas de Ensaio e Medição - Harmônicas e Inter harmônicas, incluindo sinalização por Rede Elétrica na porta de alimentação c.a., Ensaio de Imunidade de baixa frequência;
- 12.4.33 - NBR IEC 61000-5-13:2021 - Sistemas Eletrônicos para Residências e Edificações (HBES) e Sistemas de Automação e Controle de Edificações (BACS) Parte 5-3: Requisitos EMC para HBES/BACS a serem utilizados em Ambientes Industriais;
- 12.4.34 - ABNT IEC/TR 61439-0:2017 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão; Parte 0: Diretrizes para Especificação dos Conjuntos;
- 12.4.35 - NBR IEC 61439-1:2017 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 1: Regras gerais;
- 12.4.36 - NBR IEC 61439-2:2016 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 2: Conjuntos de Manobra e Comando de Potência;
- 12.4.37 - NBR IEC 61439-3:2017 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 3: Quadro de Distribuição destinado a ser utilizado por Pessoas Comuns (DBO);



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



11

PSR

- 12.4.38 - NBR IEC 61439-4:2019 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 4: Requisitos particulares para Conjuntos para Canteiro de Obras (CCO);
- 12.4.39 - NBR IEC 61439-5:2019 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 5: Conjuntos para Redes de Distribuição Pública;
- 12.4.40 - NBR IEC 61439-6:2018 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 6: Sistemas de linhas Elétricas Pré-fabricadas;
- 12.4.41 - NBR IEC-61643-11:2022 - Dispositivos de proteção contra surtos de baixa tensão Parte 11: Dispositivos de proteção contra surtos conectados aos sistemas de baixa tensão - Requisitos e métodos de ensaio;
- 12.4.42 - NBR IEC-61643-32:2022 - Dispositivos de Proteção contra Surtos de baixa tensão Parte 32: DPS conectado no lado corrente contínua das instalações fotovoltaicas - Princípios de Seleção e Aplicação;
- 12.4.43 - NBR IEC 62208:2013 - Invólucros vazios destinados a conjunto de manobra e controle de baixa tensão requisitos gerais;
- 12.4.44 - NBR ISO 9001:2015 - Sistemas de gestão da qualidade - requisitos;
- 12.4.45 - NBR ISO 14001:2015 - Sistema de gestão ambiental e especificação e diretrizes para uso;
- 12.4.46 - NBR ISO 14002-1:2022 - para abordar aspectos e condições ambientais dentro de uma área de temática ambiental Parte 1: Geral;
- 12.4.47 - IEC 60269-4:2009 Low-voltage Fuses - Part 4: Supplementary Requirements For fuse links for the Protection of Semiconductor devices;
- 12.4.48 - IEC 60617:2012 - Graphical symbols for diagrams;
- 12.4.49 - NBR IEC 62381:2019 - Sistemas de Automação de Processos Industriais - Testes de Aceitação em Fábrica (TAF), Testes de Aceitação em Campo (TAC) e Testes de Integração em Campo (TIC);
- 12.4.50 - IEC 62648:2022 - Graphical symbols for use on equipment - Guidelines for the inclusion of Graphical symbols in IEC publications;
- 12.4.51 - IEC TR 62687:2015 - Graphical Symbols for use on Equipment – Vocabulary;
- 12.4.52 - NBR IEC/PAS 62545:2011 - Informação Ambiental para Equipamentos Eletroeletrônicos;
- 12.4.53 - Portaria INMETRO/MDIC, número 51: 2014 - Avaliação da Conformidade para Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- 12.4.54 - Na proposta o licitante deverá informar a garantia dos itens explicitando a validade de 12 meses.
- 12.4.55 - No caso da apresentação importados, deverá haver a menção da origem do país e de uma declaração explícita do compromisso de assistência técnica e principalmente de reposição de peças no prazo máximo de 3 dias.
- 12.4.56 - IEC 60099-4 / NBR 16050. E ANSI C62.11.
- 12.5 - O produto deverá possuir garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados da data da entrega;
- 12.5.1 - Não serão aceitos produtos com mais de 03 (três) meses de fabricação, pois o material é susceptível a deteriorações se armazenado por longo período sem utilização;
- 12.5.2 - Os materiais deverão ser entregues completos em embalagens lacradas e protegidos contra danos no transporte. (Tanto o Quadro bem como os Para-Raios);
- 12.5.3 - Os materiais deverão estar em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT NBR, em sua última revisão para cada produto ofertado;
- 12.5.4 – A contratada deverá fornecer, no momento da entrega dos materiais, a relação de endereços da assistência técnica e fornecedores/fabricantes de peças de reposição de cada material/equipamento, onde aplicável;



12.5.5 - Deverá constar na proposta comercial a descrição detalhada, contendo discriminação qualitativa e quantitativa de todos os seus componentes, inclusive com identificação de marca, modelo e procedência de cada um dos itens;

12.5.6 - A contratada deverá fornecer junto com o material/equipamento adquirido o Manual de Instrução, Operação e Manutenção, em língua portuguesa, inclusive de partes auxiliares, o Termo de Garantia, bem como os desenhos e relatórios de todos os ensaios de recebimento/rotina previstos neste edital e nas normas ABNT NBR, em suas últimas revisões;

12.5.7 - **Não será** aceito material/equipamento com componentes elétrico-mecânicos **recondicionados, manufaturados** ou qualquer outra terminologia empregada para indicar que o produto é proveniente de reutilização de material;

12.5.8 - Deve ser fornecido o material com os dizeres técnicos identificados/gravados no corpo de modo indelével, tais como: referência técnica, tipo do material/acabamento, faixa de aplicação em mm<sup>2</sup> (Seção), nome do fabricante, data de fabricação, em local visível e de fácil identificação. Demais especificações, conforme indicadas na norma correspondente da ABNT NBR, em sua última revisão, que devem constar em ficha técnica que devem acompanhar o item;

12.5.9 - Cada material deve ser fornecido completo com todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, ou seja, conforme estabelecido na norma ABNT NBR e em outras considerações constantes neste Edital;

12.5.10 - Caso o material venha a apresentar defeito após a instalação, a garantia deverá também abranger os custos de reparo ou substituição, que deverá ocorrer num prazo máximo de 07 (sete) dias corridos da notificação;

12.5.11 - O fornecedor não pode entregar o material/equipamento com data de fabricação maior que 3(três) meses, a fim de não prejudicar o prazo de garantia contratual. Nesse e todos os casos a garantia se iniciará após o aceite final do agente do SAS;

12.5.12 - A contratada deverá atender o estabelecido no **Manual do Consumidor da CEMIG**, bem como nas normas ABNT NBR citadas nas descrições dos materiais;

### 13 – RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

13.1 – Observado o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

13.1.1 - Provisoriamente, assim que efetuada a entrega, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e, em definitivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da entrega;

13.1.2 - Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, os produtos poderão ser recusados de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

13.1.3 - Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o pactuado ou foi entregue em quantitativo inferior ao solicitado, o gestor do contrato notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante, no prazo que lhe restar daquele indicado acima.

13.1.4 - O Recebimento Definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, devendo o fiscal do contrato e a Comissão de Recebimento avaliarem as características dos materiais, declarando sua conformidade com as especificações exigidas.

13.1.5 - Os materiais entregues deverão estar acondicionados em embalagens originais, (no que couber) lacradas e apropriadas para o transporte e armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto.

### 14 – PAGAMENTO E PREÇO



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



13  
PSR

14.1 – O preço máximo definido para o presente processo licitatório é de **R\$30.741,56** (trinta mil setecentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos). O valor máximo aceitável por unidade encontra-se discriminado no **Anexo 01** deste edital.

14.2 – O pagamento da despesa obedecerá aos Artigos 5º e 54 da Lei 8.666/1993, e Artigo 63 da Lei 4.320/64, e será feito em até 30 (trinta) dias, através de depósito bancário, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal, devidamente recebida em caráter definitivo através de ateste pela Comissão de Recebimento e pelo Fiscal do Contrato.

14.2.1 – O pagamento será efetuado com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura de referência, devidamente conferida e atestada pela unidade responsável, mediante crédito em conta corrente no domicílio bancário da licitante vencedora. Entende-se por domicílio bancário a identificação do Banco, agência e conta corrente a creditar, que deverá constar da Nota Fiscal/Fatura.

14.3 – Caso ocorra, a qualquer tempo, irregularidade na emissão do documento fiscal ou a não aceitação de algum produto e/ou serviço, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pelo Proponente Vencedor.

14.4 – A contratada apresentará no Setor Financeiro do SAS, os originais das certidões de regularidade de débitos das fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, bem como certidões negativas de débitos do INSS, FGTS e CNDT, todas válidas e regulares.

14.5 – Não será pago o produto entregue em desacordo com as especificações deste Edital.

### 15 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 – Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a gestão do contrato será realizada pelo servidor **Edilander Nascimento Amaral** e sua fiscalização ficará a cargo do servidor **José Wellington da Silva**, cujas atribuições estão mencionadas na cláusula 9 do Termo de Referência (Anexo 06).

15.2 – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, a sua ocorrência não implica corresponsabilidade do SAS ou de seus agentes e/ou prepostos fiscais.

### 16 – CONDIÇÕES GERAIS PARA ASSINATURA E INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1 – Após a homologação desta licitação, a empresa vencedora assinará contrato com o SAS, em que se incluirá as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

16.2 – A licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação, para assinatura do Contrato.

16.3 – Ocorrendo o descumprimento do previsto no item anterior, o Serviço de Água e Saneamento convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação.

16.4 – A licitante deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a contratante imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

16.5 – Caso satisfeitas as exigências do Artigo 62 da Lei 8.666/1993, o termo de contrato poderá ser dispensado.

16.6 – A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, e até 31/12/2023 para efeitos financeiros e fiscais.

16.7 – A contratação com o SAS fica condicionada à comprovação de quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública Municipal, conforme disposto no art. 193 da Lei nº 5.172/1966.

16.8 – Após a assinatura do Contrato, o SAS emitirá Requisição de Empenho e Autorização de Fornecimento, visando a execução do objeto licitado, de acordo com as suas necessidades.



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



14  
PSR

16.9 – A Autorização de Fornecimento e o pedido de empenho poderão ser cancelados pelo SAS nas seguintes hipóteses:

- a) unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas no art. 78 da Lei 8.666/93 e alterações.
- b) bilateralmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da contratante, após acordo entre as partes.
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

### 17 – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO

17.1 – Os valores constantes do Contrato poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens, cabendo ao contratante promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666, de 1993.

17.1.1 – As eventuais solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro do competente contrato serão analisadas consoantes os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Nº 8.666/1993, fazendo-se acompanhar da comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a CONTRATADA poderá pleitear a revisão de preços, desde que devidamente fundamentada acompanhada de documentação que demonstre o impacto nos custos do contrato, com sua respectiva demonstração analítica.

17.1.2 – Independentemente de solicitação feita pela CONTRATADA, o Gestor poderá, a qualquer momento, reduzir os preços contratados, em conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no diário Oficial do Município de Barbacena.

17.1.3 – A mera solicitação de revisão de preços e a mera alegação de ocorrência de álea econômica extracontratual por parte da empresa não configura subsídio jurídico-administrativo suficiente para sua concessão, pois, em alinhamento a decisões do Tribunal de Contratos da União – TCU – sobre a matéria, faz-se imprescindível comprovação documental analítica nos autos que demonstre de forma inequívoca o fator gerador do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de modo que a não revisão impossibilitará a contratada de continuar a execução do ajuste.

17.2 – Os preços revisados não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantidas as condições de pagamento fixadas neste Edital e no Contrato.

### 18 – REAJUSTE

18.1 – Os valores constantes do Contrato oriundo da presente licitação serão reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e expedido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nos termos do art. 65, § 8º da Lei 8.666/93.

18.1.1 – A periodicidade do Contrato será contada a partir da data limite para apresentação da proposta.

18.2 – O reajuste ou correção monetária se dará de acordo com as disposições previstas nas Leis 10.192/2001 e 8.666/93, naquilo que não conflitarem.

### 19 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

19.1 – Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas, condições estas que deverão ser comprovadas durante a vigência, à medida que forem vencendo os prazos de sua validade.



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



15  
PSR

19.2 – Fornecer os produtos requisitados em até 30 (trinta) dias após Autorização de Fornecimento expedida pelo SAS, no almoxarifado, situado à Av. Governador Benedito Valadares, 181 - Bairro Padre Cunha, sem qualquer ônus para o SAS, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como frete, seguro e descarregamento das mercadorias;

19.3 – Promover a entrega em embalagens adequadas para proteger o conteúdo do material contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes, por rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos, correndo por conta da contratada os custos correspondentes;

19.4 – Assumir inteira responsabilidade pela qualidade dos itens fornecidos, bem como observar rigorosamente a regulamentação e as especificações técnicas, aplicáveis a cada caso, executando todo o fornecimento com a qualidade exigida neste edital.

19.5 – Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades referentes ao fornecimento do material adquirido.

19.6 – Sujeitar-se à aplicação das penalidades previstas na cláusula das sanções, quando recusar-se, injustificadamente, a realizar a entrega na forma e dentro do prazo estabelecido.

19.7 – Reparar, corrigir, remover, reconstituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.

19.8 – Responder por danos causados diretamente ao SAS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

## 20 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1 - Avaliar a fiel observância do que foi pactuado, através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento do objeto, registrando em relatório as deficiências porventura existentes, notificando a empresa e determinando prazo para a regularização das falhas observadas.

20.2 - Atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega dos lotes por meio do gestor do contrato, quando estiver de acordo com as exigências do edital, seus anexos e do contrato.

20.3 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma convencionada no contrato, referentes às Notas Fiscais/Faturas atestadas quanto a efetiva entrega do objeto desta licitação, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas.

## 21 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 – A proponente que fornecer declaração falsa relativa aos cumprimentos dos requisitos de habilitação, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública do Município de Barbacena, pelo prazo de até 05 (cinco) anos (art. 7º da Lei Federal 10.520/02), enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.2 – A inexecução total ou parcial do contrato ou instrumentos equivalentes, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções, conforme artigo 86 a 88 da Lei Federal 8666/93 e alterações posteriores.

a) A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para adoção das necessárias medidas corretivas, a fim de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer obrigação contratualmente assumida e/ou qualquer instrumento equivalente, ou desatender às determinações da autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.



b) A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados dos prazos estipulados, pode ser aplicada cumulativamente com as sanções restritivas de direitos, previstas nos incisos III e IV, do art. 87 da Lei 8.666/93, nos casos de inexecução total e parcial do contrato e/ou instrumento equivalente;

c) A pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal destina-se a punir a reincidência em faltas já apenadas com advertência, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato;

d) A declaração de inidoneidade do contratado, sanção administrativa de máxima intensidade, destina-se a punir as faltas gravíssimas de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

21.3 – Na estipulação do prazo de suspensão dos direitos do contratado, que não poderá exceder a 02 (dois) anos, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade;

21.4 – A pena de suspensão dos direitos do contratado impede-o, durante o prazo fixado, de participar de licitações promovidas pelos órgãos da Administração Municipal, bem como de com eles celebrar contratos;

21.5 – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula é de competência do Diretor-Geral do SAS, facultada a defesa prévia do contratado no respectivo processo administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da abertura de vistas;

21.6 – Decorrido o prazo da declaração de inidoneidade, o interessado poderá requerer a sua reabilitação, cujo deferimento está condicionado ao ressarcimento dos prejuízos resultantes da ação punida.

21.7 – A multa prevista nesta cláusula será:

I – de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

II – de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

III – de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma e o descumprimento dos prazos fixados para a entrega dos bens e materiais adquiridos, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento total ou parcial da obrigação, neste último caso, calculada sobre a parcela em atraso. O SAS, após este prazo, aplicará cumulativamente a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e/ou instrumento equivalente, ou sobre o valor correspondente à parcela não executada;

IV – Na hipótese do previsto no item III anterior, se o descumprimento da obrigação comprometer o regular desenvolvimento das funções administrativas, a multa poderá ser cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com os órgãos da Administração Municipal, por prazo legal, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

21.8 – O valor correspondente a multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contratado, será descontado do primeiro pagamento devido pelo SAS em decorrência da execução contratual e/ou instrumento equivalente.

21.9 – Na hipótese de descumprimento total da obrigação, após a celebração do contrato, caso tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da mesma.

21.10 – Na hipótese de descumprimento total da obrigação em face do não atendimento da convocação para a assinatura do contrato, bem como, o valor das penalidades pecuniárias previstas nesta cláusula, deverá ser recolhido junto à Tesouraria do SAS, através de Guia de Recolhimento, no





# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



17  
PSR

prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação, conforme estipulado nos incisos I, II e III do item 7 desta cláusula.

2.11 – O não recolhimento da multa no prazo estipulado implicará a sua inscrição na dívida ativa, para cobrança judicial.

2.12 – As multas não têm caráter compensatório, são independentes e cumulativas e não eximem a licitante vencedora da plena execução do contrato.

2.13 – Se a licitante vencedora ficar temporariamente impossibilitada, por motivo de força maior, de cumprir com suas obrigações e responsabilidades, poderá comunicar, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração dos prazos pretendidos.

2.14 – O comunicado de força maior será julgado à época do seu recebimento com relação a aceitação ou não dos motivos, podendo ou não a contratante averiguar em fase superior a veracidade do fato.

## 22 – DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 – Poderá o SAS revogar esta licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro mediante ato escrito e fundamentado. O SAS poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

22.2 – Independentemente de solicitação, o SAS poderá convocar o Fornecedor, após a assinatura do contrato, para negociar o valor ofertado visando manter o mesmo objeto cotado na qualidade e especificações indicadas na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

22.3 – A apresentação de proposta obriga o licitante declarado vencedor ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.

22.4 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

22.5 – Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá suspender o pregão, para a realização de diligências e marcará nova data para sua continuidade ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

22.6 – O Pregoeiro, se julgar necessário, poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de servidores da Administração Direta e/ou Indireta do Município de Barbacena, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar-se na decisão.

22.7 – A PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Instrumento Contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.8 – O pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

22.9 – Os casos omissos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, de acordo com a legislação que regula a matéria;

22.10– Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.10.1 – A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

22.11 – A Diretoria de Licitações responderá os pedidos de esclarecimentos formulados até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data de abertura do certame.



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



18  
PSR

22.12 – Qualquer modificação no Edital exigirá divulgação pela mesma forma de que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a retificação não alterar a formulação das propostas;

22.13 – Para solução de quaisquer questões porventura decorrentes deste Edital, o foro competente é o da Comarca de Barbacena – MG, com exclusão de qualquer outro.

22.14 – Os avisos de licitação serão publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, e no Diário Eletrônico Oficial do Município de Barbacena – e-DOB, [www.barbacena.mg.gov.br](http://www.barbacena.mg.gov.br) e os demais atos licitatórios deverão ser acompanhados através da plataforma da BLL.

Barbacena, de de 2023.

**Alysson Felipe de Vasconcelos**  
Responsável por Editais



## ANEXO 01

## DESCRIÇÃO DO OBJETO

LOTE	QUANT.	UNI.	DESCRIPTIVO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	COTA
1	1	UNI	<p>2007282 - Quadro de Comando Elétrico (2x20CV 220V 3Ø+PE 60 Hz.); Operacionalmente Completo, Montado e Funcional; - Quadro de Comando Elétrico (2x20CV 220V 3Ø+PE 60 Hz.); Operacionalmente Completo, Montado e Funcional; ; para engendrar o Quadro de Comado é necessário este ser matizado pela descrição e o quantitativo abaixo.</p> <p>ITEM CÓD. ESPECIFICAÇÃO QTID.</p> <p>1.1 CAIXA METALICA 1000X800X300MM: Flange: Não Grau de Proteção: IP66 Pontos de Aterramento (Porta e Placa): Sim Material de Fabricação: Aço Carbono Composição: Incluso Placa de Montagem Incluso Fecho - Acionamento Fenda Caixa e Porta: Cor: Cinza RAL 7032 texturizado Tipo da Pintura: Eletrostática a pó Quantidade de dobradiças: 03 (material Zamak com pino em aço) Quantidade de fecho: 02 Ângulo de abertura da porta: Máximo 170° Chapa do Quadro: 1,2mm Chapa da Porta: 1,2mm Placa de Montagem: Cor: Laranja Munsell 2,5 YR 6/14 Tipo de pintura: Eletrostática a pó Quantidade de parafusos: 06 Chapa da Placa: 1,5mm Dimensões (mm): Altura: 1000 Largura: 800 Profundidade: 200 1 peça</p> <p>1.2 CHAVE SECCIONADORA NH00 160A FSW 160-3: Código: 11884182 Corrente nominal: 160A Tipo de fusível: NH00 Número de polos: 3 polos Características: Tampa transparente que permite a visualização dos contatos; Possibilidade de verificação do estado dos fusíveis através de orifícios na tampa; Câmara de extinção de arco; Contato auxiliar instalado na chave; Troca rápida dos fusíveis; Segurança na operação; Fácil instalação; 2 peças</p> <p>1.3 FUSIVEL ULTRA RAPIDO NHDD 125A</p>	29.495,06	EXCLUSIVA _MPE



		<p>100KA 500V-NH00AR125C Código: NH00125500UR Modelo: NH 00-125 / 500 UR Categoria: Fusível tipo NH Classificação: Classe de Utilização (Recomendável): AR - Proteção contra curto-circuito em semicondutores Tensão Máxima de Operação: 500VCA Corrente Nominal de Operação: 125A Capacidade de Interrupção: 500VCA - 100kA Tipo da Conexão: Contato Faca Dimensões(mm): Largura – 27 Altura – 44 Profundidade – 78.            6            Peças</p> <p>1.4                            CABO PARA IHM REMOTA SSW07/08 2M: Características Técnicas Compatibilidade: IHM Remota com as seguintes Soft Starters:</p> <p style="padding-left: 40px;">HMI-SSW05-RS    com    SSW05</p> <p style="padding-left: 40px;">HMI-SSW07-REM    com    SSW07</p> <p style="padding-left: 40px;">HMI-SSW08-REM    com    SSW08</p> <p>Funcionalidade: Comunicação de dados Conectores: DB9 e RJ11 Tensão nominal de operação: Até 30V Certificação: EAC            2            Metros</p> <p>1.5                            PROTETOR DE SURTO CLASS II 45KA 275V DPS-45KA-ECOBX: Características Técnicas Modelo: PROTETOR SURTOS SPWC-275-45 Tipo produto: Protetor de surtos Referência produto: SPWC Número de polos: 1NA Classe de proteção: Classe II Grau de proteção: IP20 Corrente máxima de descarga: 45kA Corrente nominal de descarga: 20kA Tensão máxima de emprego: 275.0 V Fixação: Trilho DIN 35mm Peso: 0,115kg.    3            Peças</p> <p>1.6                            DISJUNTOR BIPOLAR 10A SKA, IEC 60947-2-MDW-C10-2 Características Técnicas: Curva de disparo: C Corrente nominal: 10A Número de polos: 2 polos Tensão de emprego: 440Vca/250Vcc Frequência: 50/60Hz Temperatura ambiente: -25 a 45°C Grau de proteção: IP20 Fixação: Trilho DIN 35mm Dimensões (mm): Largura: 36 Altura: 79</p>		
--	--	--	--	--



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



## DIRETORIA DE LICITAÇÕES

21  
PSR

			<p>Comprimento: 65,4 Peso Aproximado: 0,105kg.      3      Peças</p> <p>1.7                      MICRO FIM DE CURSO 1NAF 250V LXW5-11G1: Características Técnicas Corrente 10A Entrada / Saída 1NAF Funcionalidade Roldana/Rolete Grau de Proteção IP00 Tensão 250Vca Tipos Chave Fim de Curso Acionamento: Haste e roldana Modelo: LXW5-11G1 Material do corpo: Plástico Medidas do produto (mm): Comp. 60 x Alt. 50 x Larg. 17 Peso do produto: 0,040Kg 1      peças</p> <p>1.8                      Grelha/Veneziana com Filtro para Ventilador 15x15cm: Características Técnicas Um Kit Grelha e Filtro para Ventilador de Painel Elétrico Material: Carcaça em plástico e filtro em fibra/ ABS Possui vedação para porta do painel O filtro pode ser substituído ao final da vida útil O kit é composto por: grelha frontal, suporte para filtro com filtro, parafusos arruelas e porcas para instalação no painel e no ventilador Material Filtro: Fibra sintética com construção progressiva Resistente a temperaturas de 100°C Classe autoextinguível F1 Resistente a umidade a 100% RH Reutilizável Grau de proteção IP54 Peso aproximadamente 0,335Kg 2      peças</p> <p>1.9                      MICROVENTILADOR 120x12</p>		
2	3	UNI	<p>2007283 - Para-Raios de Distribuição, com sistema de encapsulamento dos varistores de Óxido de Zinco - Para-Raios de Distribuição, com sistema de encapsulamento dos varistores de Óxido de Zinco Características: Tipo: PBP 21/10. Normas de fabricação e ensaios: IEC 60099-4 / NBR 16050. Sistema de encapsulamento: Varistor de Óxido de Zinco. Revestimento: Borracha de Silicone. Tensão nominal (Ur): 21 kV. Máxima tensão de operação contínua: 17,0 kV. Frequência nominal: 50/60Hz. Corrente nominal de descarga (8/20µs): 10KA.</p>	415,50	EXCLUSIVA _MPE
<b>(Valores expressos em Reais R\$)</b>				<b>Total Geral</b>	30.741,56



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES



22  
PSR

## ANEXO 02

### DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2023 – PROCESSO Nº 055/2023

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- 01 – Documento de identificação, com foto, de todos os sócios ou administrador(es);
- 02 – Inscrição do Ato Constitutivo e alterações, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 03 – Cópia do CNPJ (Pessoa Jurídica);
- 04 – Comprovante de inscrição estadual e/ou municipal relativo ao domicílio sede do licitante;

#### **REGULARIDADE FISCAL: na forma do art. 4º, do Decreto Federal 8.538/2015.**

- 05 – Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio sede do licitante;
- 06 – Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio sede do licitante;
- 07 – Certidão de regularidade relativa a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 08 – Certidão de regularidade de situação junto ao FGTS, emitida pela CEF;
- 09 – Certidão de regularidade de Débitos Trabalhista – CNDT;

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 10 – Certidão Negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial expedida no domicílio sede do licitante;
- 11 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes e balanços provisórios, devidamente autenticados pela Junta Comercial da unidade federativa sede da empresa, na forma do Decreto Federal nº 8.538/2015, ou DASN/DEFIS, se for optante pelo SIMPLES NACIONAL.

#### **DECLARAÇÕES DIVERSAS**

- 12 – Declarações conforme modelo do Anexo 03.
- 13 – Declarações conforme modelo do Anexo 05 (somente para ME, MEI e EPP).

**OBSERVAÇÃO:** Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES



23  
PSR

## ANEXO 03 MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS

Ref: Pregão Eletrônico nº 038/2023 – Processo nº 055/2023

Empresa....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o Sr..... portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº....., DECLARA sob as penas da lei:

- 1) QUE atende o disposto no art. 27, V da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz;
- 2) QUE inexistente fato impeditivo para a habilitação: que até a presente data inexistente(m) fato(s) impeditivo(s) para habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) QUE tem conhecimento do instrumento convocatório e que recebeu todos os documentos e informações, que conhece e acata as condições para cumprimento das obrigações objeto da Licitação;
- 4) QUE cumpre plenamente os requisitos de habilitação do edital, e assume total responsabilidade quanto à veracidade e exatidão dos documentos apresentados.

Local e data

\_\_\_\_\_  
(Nome- Identidade – CPF/CNPJ do declarante)

OBS: A presente declaração deverá ser assinada pelo licitante ou seu representante legal



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES



24  
PSR

## ANEXO 04 MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico nº 038/2023 – Processo nº 055/2023

Objeto:

Razão social, CNPJ, Endereço completo, e-mail, Telefone/Fax:

Validade da proposta: (mín. 60 dias)

LOTE						
Lote	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor total
01	...	Unid.	[ Inserir a descrição completa conforme especificações constantes do Anexo 01 ]			
02	...		IDEM DEMAIS LOTES			

Local e data

Carimbo da empresa/ Assinatura do responsável

**OBS:** Declaramos que aceitamos e estamos de acordo com todas as condições, especificações, valores, quantidades e demais critérios estabelecidos neste edital.





# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES



25  
PSR

## ANEXO 05

### MODELO DE DECLARAÇÃO SOMENTE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS e MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_,  
CNPJ Nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, (endereço completo) por intermédio de seu  
representante legal, para fins do **Pregão Eletrônico nº 038/2023**, DECLARA expressamente, sob as  
penalidade cabíveis, que :

A) Encontra-se enquadrada como empresa de Micro e Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006 e art. 3º da Lei Municipal nº 4.239/2009;

B) Tem conhecimento dos Artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação e que não incide nos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

Nome ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Cargo ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Nº da cédula de identidade: \_\_\_\_\_

Telefone, fax e e-mail para contato: \_\_\_\_\_



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



26  
PSR

### ANEXO 06 TERMO DE REFERÊNCIA

#### Campo para uso exclusivo da Subsecretaria de Planejamento (SUPLAN)

Data de Recebimento: ____/____/____	Responsável pelo recebimento:  (Nome e Carimbo)
--	---

#### Campos para preenchimento do Solicitante

Sr. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

(Aos cuidados do Subsecretário de Planejamento)

Encaminho as solicitações de aquisição detalhadas a seguir, cadastradas no sistema com os nº  
**110/2023.**

Assinalar o Tipo de Documento	TR- Termo de Referência	XXXX	PB- Projeto Básico	
<b>1 - OBJETO</b>				

Futura e eventual aquisição de **(1) Quadro de Comando Elétrico** a ser instalado na ETA II e **(3) Dispositivos de proteção contra surto de média tensão.**

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID
1	27282	<b><u>Quadro de Comando Elétrico (2x20CV 220V 3Ø+PE 60 Hz.); Operacionalmente Completo, Montado e Funcional;</u></b> para engendrar o Quadro de Comado é necessário este ser matizado pela descrição e o quantitativo abaixo. O presente Objeto é composto por peças, componentes, assessórios, hardware e software para automação e controle de bombas de ETA (Estação de Tratamento de Água). Segue descritivo.	1	peça
1.1		<b>CAIXA METALICA 1000X800X300MM:</b> Flange: Não Grau de Proteção: IP66 Pontos de Aterramento (Porta e Placa): Sim Material de Fabricação: Aço Carbono Composição: Incluso Placa de Montagem Incluso Fecho - Acionamento Fenda Caixa e Porta: Cor: Cinza RAL 7032 texturizado Tipo da Pintura: Eletrostática a pó	1	peça



## DIRETORIA DE LICITAÇÕES

27  
PSR

	Quantidade de dobradiças: 03 (material Zamak com pino em aço) Quantidade de fecho: 02 Ângulo de abertura da porta: Máximo 170° Chapa do Quadro: 1,2mm Chapa da Porta: 1,2mm Placa de Montagem: Cor: Laranja Munsell 2,5 YR 6/14 Tipo de pintura: Eletrostática a pó Quantidade de parafusos: 06 Chapa da Placa: 1,5mm Dimensões (mm): Altura: 1000 Largura: 800 Profundidade: 200		
1.2	<b>CHAVE SECCIONADORA NH00 160A FSW 160-3:</b> Código: 11884182 Corrente nominal: 160A Tipo de fusível: NH00 Número de polos: 3 polos Características: Tampa transparente que permite a visualização dos contatos; Possibilidade de verificação do estado dos fusíveis através de orifícios na tampa; Câmara de extinção de arco; Contato auxiliar instalado na chave; Troca rápida dos fusíveis; Segurança na operação; Fácil instalação;	2	peças
1.3	<b>FUSIVEL ULTRA RAPIDO NHDD 125A 100KA 500V-NH00AR125C</b> Código: NH00125500UR Modelo: NH 00-125 / 500 UR Categoria: Fusível tipo NH Classificação: Classe de Utilização (Recomendável): AR - Proteção contra curto-circuito em semicondutores Tensão Máxima de Operação: 500VCA Corrente Nominal de Operação: 125A Capacidade de Interrupção: 500VCA - 100kA Tipo da Conexão: Contato Faca Dimensões(mm): Largura – 27 Altura – 44 Profundidade – 78.	6	Peças
1.4	<b>CABO PARA IHM REMOTA SSW07/08 2M:</b> Características Técnicas Compatibilidade: IHM Remota com as seguintes Soft Starters:  HMI-SSW05-RS com SSW05  HMI-SSW07-REM com SSW07  HMI-SSW08-REM com SSW08  Funcionalidade: Comunicação de dados Conectores: DB9 e RJ11 Tensão nominal de operação: Até 30V Certificação: EAC	2	Metros
1.5	<b>PROTETOR DE SURTO CLASS II 45KA 275V DPS-45KA-ECOBX:</b> Características Técnicas Modelo: PROTETOR SURTOS SPWC-275-45 Tipo produto: Protetor de surtos Referência produto: SPWC Número de polos: 1NA Classe de proteção: Classe II Grau de proteção: IP20 Corrente máxima de descarga: 45kA	3	Peças



## DIRETORIA DE LICITAÇÕES

28  
PSR

	Corrente nominal de descarga: 20kA Tensão máxima de emprego: 275.0 V Fixação: Trilho DIN 35mm Peso: 0,115kg.		
1.6	<b>DISJUNTOR BIPOLAR 10A SKA, IEC 60947-2-MDW-C10-2</b> Características Técnicas: Curva de disparo: C Corrente nominal: 10A Número de polos: 2 polos Tensão de emprego: 440Vca/250Vcc Frequência: 50/60Hz Temperatura ambiente: -25 a 45°C Grau de proteção: IP20 Fixação: Trilho DIN 35mm Dimensões (mm): Largura: 36 Altura: 79 Comprimento: 65,4 Peso Aproximado: 0,105kg.	3	Peças
1.7	<b>MICRO FIM DE CURSO 1NAF 250V LXW5-11G1:</b> Características Técnicas Corrente 10A Entrada / Saída 1NAF Funcionalidade Roldana/Rolete Grau de Proteção IP00 Tensão 250Vca Tipos Chave Fim de Curso Acionamento: Haste e roldana Modelo: LXW5-11G1 Material do corpo: Plástico Medidas do produto (mm): Comp. 60 x Alt. 50 x Larg. 17 Peso do produto: 0,040Kg	1	peças
1.8	<b>Grelha/Veneziana com Filtro para Ventilador 15x15cm:</b> <b>Características Técnicas</b> <b>Um Kit Grelha e Filtro para Ventilador de Painel Elétrico</b> <b>Material: Carcaça em plástico e filtro em fibra/ ABS</b> <b>Possui vedação para porta do painel</b> <b>O filtro pode ser substituído ao final da vida útil</b> <b>O kit é composto por: grelha frontal, suporte para filtro com filtro, parafusos arruelas e porcas para instalação no painel e no ventilador</b> <b>Material Filtro: Fibra sintética com construção progressiva</b> <b>Resistente a temperaturas de 100°C</b> <b>Classe autoextinguível F1</b> <b>Resistente a umidade a 100% RH</b> <b>Reutilizável</b> <b>Grau de proteção IP54</b> <b>Peso aproximadamente 0,335Kg</b>	2	peças
1.9	<b>MICROVENTILADOR 120x120x38MM 110/220V</b> Características Técnicas Características Técnicas: Tensão Nominal: 110/220Vca Corrente Nominal: 0,20/0,10A Carcaça: Alumínio injetado Velocidade: 2100RPM Cor: Preto Frequência: 60Hz Acabamento: Pintura epóxi Vazão: 156m³/h Ruído: 43dBA Dimensões (mm): Comprimento – 120 Altura – 120 Largura – 38	2	peças
1.10	<b>Lâmpada LED Bulbo Luz Branca 9W Kian Bivolt:</b> Características Técnicas Formato de Lâmpada Bulbo Tipo de Lâmpada LED	1	peças



## DIRETORIA DE LICITAÇÕES

29  
PSR

	<p>Tensão Elétrica Bivolt Quanto Ilumina 803,00 lm Potência da Lâmpada 9 W Cor da Luz Branco Soquete Indicado E27 Possui Função Dimerizável Não Uso Indicado da Lâmpada Geral Temperatura da Cor 6500 K IRC (Índice de Reprodução de Cor) 80 Durabilidade da Lâmpada 25000 h Altura 8,00 cm Largura 12,00 cm Profundidade 14,50 cm Comprimento 16,00 cm Diâmetro 6,00 cm Acabamento do Vidro ou Plástico da Lâmpada Leitosa Substitui uma Lâmpada Incandescente de 60,00 W Substitui uma Lâmpada Fluorescente de 16,00 W Índice de Proteção 20 IP Marca Kian Produto Lâmpada Kit Não Peso do Produto 0,10 Kg Potência 9 W Fluxo Luminoso 810 lm Eficiência Luminosa 90 lm/W</p>		
1.11	<p><b>RECEPTACULO PORCELANA E27:</b></p> <p>Características Técnicas Base E27 corpo em Porcelana Contatos e casquilho em latão Temperatura máxima: 70°C Corrente máxima: 4ª Potência máxima: 100W Tensão: 250Vac</p>	1	peças
	<p><b>CONECTOR DE PASSAGEM 16MM CINZA-8TWP-16-CZ:</b> Características Técnicas</p> <p>Modelo: UKJ-16 Borne de Passagem Parafuso 16mm</p> <p>Tensão: 800V</p> <p>Corrente: 101ª</p> <p>Bitola do fio: 16mm²</p> <p>Material do condutor: Cobre eletrolítico com acabamento estanhado</p> <p>Material isolante: Poliamida PA66</p> <p>Cor Cinza</p> <p>Corrente 101A</p> <p>Polos Monopolar</p> <p>Secção do Cabo 16mm²</p> <p>Tensão 800Vca</p> <p>Tipo de Terminal Parafuso</p> <p>Tipos Bornes</p>	09	peças
1.13	<b>BORNE SAK TERRA (VDE AM) 10MM JUT2-10PE:</b>	3	peças



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



30  
PSR

	<p>Características Técnicas</p> <p>Modelo: BTWP 10-VD/AM</p> <p>Não Incluso Placa Divisória</p> <p>Máxima Tensão de Operação: 750VCA</p> <p>Máxima Corrente de Operação: 57A</p> <p>Seção Nominal (Cabo): 10mm<sup>2</sup></p> <p>Decapagem do Cabo (Recomendado): 12mm</p> <p>Tipo da Conexão: Tipo Parafuso</p> <p>Número de Polos: 1 Polo – 1 Entrada e 1 Saída</p> <p>Cor: Verde/Amarelo</p> <p>Dimensões (mm):</p> <p>Altura – 44,2</p> <p>Largura (passo) – 10</p> <p>Profundidade – 45,5</p>		
1.14	<p><b>DISJUNTOR TRIPOLAR 100A 35KA 240V-AGW100N-DX100-3:</b></p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS</p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Código: 12775102</li><li>· Modelo: AGW100N-DX100-3</li><li>· Tensão nominal de entrada: 380V</li><li>· Corrente nominal: 100A</li><li>· Capacidade máxima de curto-circuito: 22kA</li><li>· Número de polos: 3</li><li>· Grau de proteção: IP20</li></ul>	1	peças
1.15	<p><b>MANOPLA ROTATIVA EXTERNA DISJUNTOR AGW50/100N-MR469 AGW50-100:</b></p> <p>Características Técnicas</p> <p>Referência: MRK</p> <p>Aplicação: Disjuntor caixa moldada AGW50-100</p> <p>Bloqueio: Bloquei por Chave</p> <p>Grau de proteção: Sem proteção</p> <p>Tamanho de haste: Sem</p>	1	peças



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



## DIRETORIA DE LICITAÇÕES

31  
PSR

	Cor da manopla: Cinza		
1.16	<p><b>MINI CONTATOR AUX. 2NA 2NF 24Vcc CWCAO-22-00-C03:</b> INFORMAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>Modelo: CWCA0-22-00C03 Tensão da BOBINA: 24VCC (Tensão em Corrente Contínua) Estimativa Vida Mecânica BOBINA: 12.000000 Manobras</p> <p>Tensão Máxima de Operação dos CONTATOS: 690V</p> <p>Correntes de Emprego nos CONTATOS:</p> <p>220V - 10A</p> <p>240V - 10A 380V - 6A 440V - 6A 500V - 4A 690 - 2A</p> <p>Categoria de Utilização (Recomendável): AC-15: Controle de pequenas cargas eletromagnéticas (&lt;75VA) Números de Contatos: 2NA - 2 contatos normalmente abertos 2NF - 2 contatos normalmente fechados Grau de proteção: IP20 Fixação: Trilho DIN 35mm ou Parafusos</p> <p>Dimensões(mm): Largura - 45 Altura - 42 Profundidade - 44</p>	9	peças
1.17	<p><b>FONTE CHAVEADA 120W 5A ENTRADA 85-264VCA SAIDA 24VCC-PRO ECO</b> Características Técnicas</p> <p>Referência: PSS24-W-5 Tensão de Entrada: 110-240Vca (90-264Vca ou 127-370Vcc) Frequência: 50/60Hz Tensão de Saída: 24Vcc Corrente: 5A Potência: 120W Proteção de Sobrecorrente (A): 110-150% da nominal, limitando a corrente Proteção de Sobretensão (V): 30-35</p>	1	peças
1.18	<p><b>SINALEIRO LED 22MM 24VCC/VCA VERMELHO -A22-R</b> Características Técnicas:</p> <p>Cor: Vermelho Tensão: 24 Vcc/Vca Corrente Nominal: 20 mA Diâmetro: Ø 22 mm</p>	3	peças
1.19	<p><b>SINALEIRO LED 22MM 24VCC/VCA AMARELO-A22-Y2</b> Características Técnicas:</p> <p>Cor: Amarelo Tensão: 24 Vcc/Vca Corrente Nominal: 20 mA Diâmetro: Ø 22 mm</p>	3	peças
1.20	<p><b>CHAVE SELETORA PLAST 3P FIXAS 2NA XB2-ED33:</b> Características Técnicas Referência: XB2-EK3565 Tensão iluminação: 220Vca Material: Plástico Manopla: Curta Posições: 3 fixas</p>	2	peças



## DIRETORIA DE LICITAÇÕES

32  
PSR

	<p>Contato: 2NA Ângulo seletor: 45° Cor: Amarelo Tensão iluminação: 220Vca Led interno: Soquete E7 – BA9S Dados do bloco de contato NA: Corrente máxima suportada: 6A (400Vca AC-3) Corrente máxima de condução Ith: 10A Durabilidade mecânica: 1 milhão de operações Durabilidade elétrica: 5 milhões de operações Temperatura de trabalho: -30 a +70°C</p>		
1.21	<p><b>BOTÃO DE IMPULSO PLASTICO 22MM VERDE 1NA-XB2-EA31:</b> Características Técnicas: Corrente/Tensão Suportada em AC-3: 6A – 400V Corrente de Condução: 10A max. Temperatura de Trabalho: -30°C a +70°C Contato: NA Cor: Verde Material: Plástico Dimensões: Comprimento: 60mm Altura: 30mm Largura: 40mm Peso: 0,034kg</p>	1	peças
1.22	<p><b>BOTÃO DE IMPULSO PLASTICO 22MM VERMELHO 1NF-XB2-EA42</b> Características Técnicas: Material: Plástico Corrente (Ith): 10A Tensão (Ui): 660V Cor: Vermelho Botão: 22mm Contato: 1 NF.</p>	1	peças
1.23	<p><b>TAMPA FINAL BORNE BTWP 2.5-10MM-TF-BTWP 2,5-10 CZ:</b> Modelo: Tampa de fechamento Weg TF-BTWP 16 Azul para Borne BTWP 16mm2  Aplicações: Bornes BTWP 16mm2 Características Técnicas Tipo de tampa: Para fechamento Cor: Azul Material da tampa: Plástico Medidas do produto (mm): Comp. 50 x Alt. 40 x Larg. 2 Peso do produto: 0,004kg</p>	13	peças
1.24	<p><b>POSTE FINAL PARA TRILHO 35MM-EW35:</b>  Dimensões do produto (AxLxP) 23,8 x 45,0 x 8,5 mm Peso do Produto ,00559 Tipo de Embalagem Caixa Tipo de Instalação Trilho Referência EW35</p>	3	peças
1.25	<p><b>HORIMETRO DIGITAL 24-240VACIDC 9999 HORAS:</b> Características técnicas Alimentação: Bateria interna Vida útil da bateria: Mínimo 6 anos (25°C) Escala: 99999.9Horas Peso: 60 g Duração mínima do sinal: 2s Precisão: &lt; 0,02% do fundo da escala Temperatura de operação: -10°C~+40°C Umidade relativa: 35~65% Display: 6 dígitos Dimensões (Largura X Altura X Profundidade): 44.5 x 21.8 x 46 mm</p>	2	peças
1.26	<p><b>SOFT STARTER 61A 20CV 220V 400V 380/40 SSW070061T5SZ</b> Características Técnicas Modelo: SSW070061T5SZ Tensão Alimentação – Controle / Ventilador: 94-264V Tensão Alimentação: 220-575V Frequência: 50/60Hz Corrente Nominal: 61A Número de Fases de Entrada: 3 fases</p>	2	peças





## DIRETORIA DE LICITAÇÕES

33  
PSR

	<p>Número de Fases Controladas: 3 fases Potência motor - conexão padrão (cv/kW) 220/230V: 20 / 15 380/400V: 40 / 30 440/460V: 50 / 37 575V: 60 / 45 690V: Não Grau de Proteção: IP20 Regime de partida: AC-53b 3-30:1170 Regime de partida (com kit de ventilação): AC-53b 3-30:330 Padrão (3 cabos): Sim Dentro do delta (6 cabos): Não SoftPLC (programação em ladder): Não Rampa de tensão e limite de corrente: Não Limite de corrente: Sim Rampa de limitação de corrente: Não Controle de Bombas: Programável via opcional Controle de Torque: Não Partida direta (D.O.L): Programável via opcional Certificações do produto: UL, CE, CS, IRAM e C-TICK Parametrização via trimpots e dip switches: Sim Parametrização via HMI: Disponível com opcional Entradas digitais Quantidade (padrão): 3 Tipo: CA Tensão: 110 a 240 Vca Nível alto mínimo: 93 Vca Nível baixo máximo: 10 Vca Tensão máxima: 264 Vca Corrente de entrada: 1,1 mA / 220 Vca Função: Programável via opcional Leitura via comunicação: Não Entrada para termistor do motor Quantidade (padrão): Disponível com opcional Atuação: Disponível com opcional Desatuação: Disponível com opcional Resistência mínima: Disponível com opcional Saídas analógicas Quantidade (padrão): Não Níveis: Não Resolução: Não Função: Não Escrita via comunicação: Não Saídas digitais Quantidade: 2 Tipo: Relé NA Tensão máxima: 250 Vca Corrente máxima: 1 A Função: Programável via opcional Escrita via comunicação: Não Dimensões: Tamanho: 2 Altura: 208mm Largura: 144mm Profundidade: 203mm Peso: 3,3kg</p>		
1.27	<p><b>CABO PARA IHM REMOTA SSW07/08 2M:</b></p> <p>Características Técnicas Referência: CAB-RS-10M Compatibilidade: IHM Remota com as seguintes Soft Starters: HMI-SSW05-RS com SSW05 HMI-SSW07-REM com SSW07 HMI-SSW08-REM com SSW08 Comprimento do cabo: 10 metros Funcionalidade: Comunicação de dados Conectores: DB9 e RJ11 Tensão nominal de operação: Até 30V Certificação: EAC</p>	2	metros
1.28	<p><b>INTERFACE REMOTA SSW/07 HMI-SSW07-LCD:</b></p>	2	peças



	Características Técnicas Família SSW07 Tipos Drives referência: KRMT-SSW07		
1.29	<b>Relé de Falta-de-fase:</b> Características Técnicas  Tensão de trabalho: 380 Vca; Tensão máxima de serviço: 480 Vca; Frequência: 50/60 Hz $\pm$ 5%; Temperatura: 0 a +50 °C; Consumo: $\leq$ máximo 5 VA; Corrente nominal nos contatos: 5 A (250 Vca em carga resistiva); Número de manobras: 10; Tempo de retorno: < 20 ms; Tipo de contatos: 2 (dois) contatos reversíveis de saída SPDT 5A/250 Vca; Ajuste de sensibilidade: por potenciômetro frontal; Alimentação: trifásica 380Vca (-15% +10%); Sobretensão: ajustável 380-440Vca; Subtensão: ajustável: 320 a 380Vca; Precisão nos ajustes: tempo: $\pm$ 5% do fundo de escala: tensão: $\pm$ 2%, histerese < 3%.	1	peças

**2º ITEM:**

**3 (Três) Dispositivos: Para-Raios Polimérico PBP 21 KV /10 KA - 3800 volts.** Conforme descritivo abaixo.

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID
2	2007283	<b>Para-Raios Polimérico PBP 21 KV /10 KA - 3800 volts.</b> <b>Para-Raios de Distribuição, com sistema de encapsulamento dos varistores de Óxido de Zinco</b> Características:  Tipo: PBP 21/10. Normas de fabricação e ensaios: IEC 60099-4 / NBR 16050. Sistema de encapsulamento: Varistor de Óxido de Zinco. Revestimento: Borracha de Silicone. Tensão nominal (Ur): 21 kV. Máxima tensão de operação contínua: 17,0 kV. Frequência nominal: 50/60Hz. Corrente nominal de descarga (8/20 $\mu$ s): 10KA.	3	peças

**2 – JUSTIFICATIVA DO REGISTRO DE PREÇOS**

A presente aquisição se destina a um novo controle dos Controladores de Motores (CCMs) que vão equipar a o acionamento de duas novas bombas de 20 cv.

Este investimento visa não apenas a modernização do nosso Sistema de Distribuição de Água, mas também a sua completa adaptação ao Sistema de Automação do SAS.

Os novos Controladores de Motores (CCMs), que agora se impõem como solução, ostentarão a capacidade de acionar os novos motores, empregando conversores de frequência em conformidade com as novas exigências de potência, munidos de elementos de proteção devidamente adequados.

Este avanço proporcionará um patamar substancialmente mais elevado de segurança, disponibilidade e continuidade operacional às nossas unidades.

O resultado se traduzirá em uma operação mais resiliente e confiável, com impacto direto na nossa missão de assegurar o abastecimento de água à população da região.

**3 – REQUISITOS**

Todos os produtos deverão ser fabricados conforme Normas Técnicas da ABNT a empresa Contratada deverá seguir os



procedimentos das NORMAS,  
abaixo elencadas:

- A. NR 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- B. NBR 5280:1983 - Símbolos literais de identificação de elementos de circuito;
- C. NBR 5410:2008 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- D. NBR 5419-1:2015 - Proteção contra Descargas Atmosféricas Parte 1: Princípios gerais;
- E. NBR 5419-2:2018 - Proteção contra Descargas Atmosféricas Parte 2: Gerenciamento de Risco;
- F. NBR 5419-3:2018 - Proteção contra Descargas Atmosféricas Parte 3: Danos físicos a Estrutura Perigos Vida;
- G. NBR 5419-4:2018 - Proteção contra Descargas Atmosféricas Parte 4: Sistemas Elétricos e Eletrônico internos na Estrutura;
- H. NBR 5444:1989 - Símbolos Gráficos para Instalações Elétricas Prediais;
- I. NBR 6181:2003 - Classificação de meios Corrosivos;
- J. NBR 7008-1:2021 - Chapas e bobinas de aço revestidas com zinco ou liga zinco-ferro pelo processo contínuo de imersão a quente - parte 1: requisitos;
- K. NBR 9209:1986 - Preparação de superfícies para pintura - processo de fosfatização - procedimento;
- L. NBR 11003:2010 - Tintas - determinação da aderência;
- M. NBR 13570:2021 - Instalações Elétricas em locais de Afluência de Público – Requisitos Específicos;
- N. NBR 15014-2003 - Conversor a Semicondutor - Sistema de Alimentação de Potência Ininterrupta, com saída em Corrente Alternada (Nobreak) – Terminologia;
- O. NBR 16384:2020 - Segurança em Eletricidade;
- P. NBR 16521:2016 - Cabeamento Estruturado Industrial;
- Q. NBR 16932:2020 - Redes e Sistemas de Comunicação para Automação de Sistemas de Potência - Orientações sobre Engenharia de Rede;
- R. NBR IEC 60050-426:2022 - Vocabulário eletrotécnico internacional - Parte 426: Equipamentos para atmosferas explosivas;
- S. NBR IEC-60079-14:2016 - Atmosferas explosivas - Parte 14: Projeto, seleção e montagem de instalações elétricas;
- T. NBR IEC 60309-1-2011 Plugues e tomadas para uso industrial Parte 1: Requisitos gerais;
- U. NBR IEC 60445:2020 - Princípios Básicos e de Segurança para as Interfaces Homemmáquina, Marcação e Identificação - Identificação dos Bornes de Equipamentos, das extremidades dos Condutores e dos Condutores;
- V. NBR IEC 60529:2017 - Grau de proteção para invólucros de equipamentos elétricos (Código IP);
- W. NBR IEC 60947-1:2013 - Dispositivo de manobra e comando de baixa tensão Parte 1: Regras gerais;
- X. NBR IEC 60947-2:2013 - Dispositivo de manobra e comando de baixa tensão Parte 2: Disjuntores;
- Y. NBR IEC 60947-3:2014 - Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão Parte 3: Interruptores seccionadores, interruptores-seccionadores e unidades combinadas com fusíveis;
- Z. NBR IEC 60947-4-1:2018 - Dispositivo de manobra e comando de baixa tensão Parte 4-1: Contatores chaves de partidas de motores - Contatores e chaves de partidas de motores eletromecânicos;
- AA. NBR IEC 60947-4-2:2011 - Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão Parte 4-2: Contatores e partida de motores - Controladores de partida de motores c.a. a semicondutores;
- BB. NBR IEC 60947-5-1:2020 - Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão Parte5-1: Dispositivos e elementos de comutação para circuitos de comando — Dispositivos eletromecânicos para circuito de comando;
- CC. NBR IEC 60947-6-1:2015 - Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão Parte6-1: Equipamentos com funções múltiplas - Equipamentos de comutação de transferência;
- DD. NBR IEC 60947-7-1:2014 - Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão Parte7-1: Equipamentos auxiliares — Blocos de conexão para condutores de cobre;
- EE. NBR IEC 60947-7-2:2014 - Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão Parte7-2: Dispositivos auxiliares - Blocos de conexão para condutor de proteção para condutores em cobre;
- FF. NBR IEC 61000-4-13:2021 - Compatibilidade Eletromagnética (EMC) Parte 4-13: Técnicas de Ensaio e Medição - Harmônicas e Inter harmônicas, incluindo sinalização por Rede Elétrica na porta de alimentação c.a., Ensaio de Imunidade de baixa frequência;
- GG. NBR IEC 61000-5-13:2021 - Sistemas Eletrônicos para Residências e Edificações (HBES) e Sistemas de Automação e Controle de Edificações (BACS) Parte 5-3: Requisitos EMC para HBES/BACS a serem utilizados em Ambientes Industriais;
- HH. ABNT IEC/TR 61439-0:2017 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão; Parte 0: Diretrizes para Especificação dos Conjuntos;
- II. NBR IEC 61439-1:2017 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 1: Regras gerais;
- JJ. NBR IEC 61439-2:2016 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 2: Conjuntos de Manobra e



- Comando de Potência;
- KK. NBR IEC 61439-3:2017 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 3: Quadro de Distribuição destinado a ser utilizado por Pessoas Comuns (DBO);
- LL. NBR IEC 61439-4:2019 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 4: Requisitos particulares para Conjuntos para Canteiro de Obras (CCO);
- MM. NBR IEC 61439-5:2019 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 5: Conjuntos para Redes de Distribuição Pública;
- NN. NBR IEC 61439-6:2018 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 6: Sistemas de linhas Elétricas Pré-fabricadas;
- OO. NBR IEC-61643-11:2022 - Dispositivos de proteção contra surtos de baixa tensão Parte 11: Dispositivos de proteção contra surtos conectados aos sistemas de baixa tensão - Requisitos e métodos de ensaio;
- PP. NBR IEC-61643-32:2022 - Dispositivos de Proteção contra Surtos de baixa tensão Parte 32: DPS conectado no lado corrente contínua das instalações fotovoltaicas - Princípios de Seleção e Aplicação;
- QQ. NBR IEC 62208:2013 - Invólucros vazios destinados a conjunto de manobra e controle de baixa tensão requisitos gerais;
- RR. NBR ISO 9001:2015 - Sistemas de gestão da qualidade - requisitos;
- SS. NBR ISO 14001:2015 - Sistema de gestão ambiental e especificação e diretrizes para uso;
- TT. NBR ISO 14002-1:2022 - para abordar aspectos e condições ambientais dentro de uma área de temática ambiental Parte 1: Geral;
- UU. IEC 60269-4:2009 Low-voltage Fuses - Part 4: Supplementary Requirements For fuse links for the Protection of Semiconductor devices;
- VV. IEC 60617:2012 - Graphical symbols for diagrams;
- WW. NBR IEC 62381:2019 - Sistemas de Automação de Processos Industriais - Testes de
- XX. Aceitação em Fábrica (TAF), Testes de Aceitação em Campo (TAC) e Testes de
- YY. Integração em Campo (TIC);
- ZZ. IEC 62648:2022 - Graphical symbols for use on equipment - Guidelines for the inclusion of Graphical symbols in IEC publications;
- AAA. IEC TR 62687:2015 - Graphical Symbols for use on Equipment – Vocabulary;
- BBB. NBR IEC/PAS 62545:2011 - Informação Ambiental para Equipamentos Eletroeletrônicos;
- CCC. Portaria INMETRO/MDIC, número 51: 2014 - Avaliação da Conformidade para Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- DDD. Deverá constar na proposta indicação de marca e modelo dos itens, sob pena de desclassificação.
- EEE. Na proposta o licitante deverá informar a garantia dos itens explicitando a validade de 12 meses.
- FFF. No caso da apresentação importados, deverá haver a menção da origem do país e de uma declaração explícita do compromisso de assistência técnica e principalmente de reposição de peças no prazo máximo de 3 dias.
- GGG. IEC 60099-4 / NBR 16050. E ANSI C62.11

#### 4 – ESTIMATIVA DE PREÇO E ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

- a) Confor  
me cotações anexas ao processo licitatório, estima-se que o presente Registro de Preços terá um preço médio de R\$30.741,56 (Trinta mil, setecentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos).
- b) A  
despesa decorrente da presente aquisição correrá à conta das dotações constantes na Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 126/2023 em anexo.
- c) Em  
cumprimento ao disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, faz-se necessário salientar que a despesa relativa aos objetos em questão tem adequação orçamentária e financeira, de acordo com a Lei Orçamentária Anual, e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes orçamentárias.

#### 5 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO.

- a) O  
produto deverá possuir garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação, contados da data da entrega.
- b) Não



- serão aceitos produtos com mais de 03 meses de fabricação, pois o material é susceptível a deteriorações se armazenado por longo período sem utilização.
- c) materiais deverão ser entregues completos em embalagens lacradas e protegidos contra danos no transporte. (Tanto o Quadro bem como os Para-Raios) Os
- d) materiais deverão estar em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT NBR, em sua última revisão para cada produto ofertado. Os
- e) licitante deverá fornecer, no momento da entrega dos materiais, a relação de endereços da assistência técnica e fornecedores/fabricantes de peças de reposição de cada material/equipamento, onde aplicável; O
- f) á constar na proposta comercial a descrição detalhada, contendo discriminação qualitativa e quantitativa de todos os seus componentes, inclusive com identificação de marca, modelo e procedência de cada um dos itens; Dever
- g) licitante vencedor deve fornecer junto com o material/equipamento adquirido o Manual de Instrução, Operação e Manutenção, em língua portuguesa, inclusive de partes auxiliares, o Termo de Garantia, bem como os desenhos e relatórios de todos os ensaios de recebimento/rotina previstos neste edital e nas normas ABNT NBR, em suas últimas revisões. O
- h) **será** aceito material/equipamento com componentes elétrico-mecânicos **recondicionados, manufaturados** ou qualquer outra terminologia empregada para indicar que o produto é proveniente de reutilização de material; Não
- i) ser fornecido o material com os dizeres técnicos identificados/gravados no corpo de modo indelével, tais como: referência técnica, tipo do material/acabamento, faixa de aplicação em mm<sup>2</sup> (Seção), nome do fabricante, data de fabricação, em local visível e de fácil identificação. Demais especificações, conforme indicadas na norma correspondente da ABNT NBR, em sua última revisão, que devem constar em ficha técnica que devem acompanhar o item. Deve
- j) material deve ser fornecido completo com todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, ou seja, conforme estabelecido na norma ABNT NBR e em outras considerações constantes neste documento; Cada
- k) o material venha a apresentar de feito após a instalação, a garantia deverá também abranger os custos de reparo ou substituição, que deverá ocorrer num prazo máximo de 07 (sete) dias corridos da notificação; Caso
- l) fornecedor não pode entregar o material/equipamento com data de fabricação maior que 3(três) meses, a fim de não prejudicar o prazo de garantia contratual. Nesse e todos os casos a garantia se iniciará após o aceite final do agente do SAS; O
- m) fornecedor/proponente deve atender o estabelecido no **Manual do Consumidor da CEMIG**, bem como nas normas ABNT NBR citadas nas descrições dos materiais. O

### 6 – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- a) A licitante vencedora deverá entregar os produtos, no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações constantes deste termo, do edital e da proposta ofertada, na sede do SAS, à Avenida Governador Benedito Valadares, nº 181. Bairro Padre Cunha, com carga e descarga por conta do fornecedor. ou em outro local dentro do perímetro urbano do município de Barbacena, informado pelo responsável pela emissão da Autorização de Fornecimento, no horário de 09.00 às 17:00 horas,
- b) A licitante vencedora terá até 30 (trinta) dias para a entrega dos produtos, contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitido pelo Setor de Compras do SAS Serão realizados dois pedidos, um pedido em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato e outro pedido



- 06 (seis) meses após a assinatura do contrato
- c) A licitante vencedora deverá comunicar com antecedência mínima de 72 horas ao setor competente, através do número 3339-6835 ou 3339 -6800 para que no momento da entrega a Comissão de Recebimento de Materiais do SAS esteja presente para o correto recebimento.
  - d) Os produtos serão recebidos provisoriamente no momento da entrega, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e, em definitivo, no prazo de 10 dias úteis, contados da data da entrega
  - e) Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, os produtos poderão ser recusados de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.
  - f) Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o pactuado ou foi entregue em quantitativo inferior ao solicitado, o gestor do contrato notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante, no prazo que lhe restar daquele indicado acima.
  - g) O Recebimento Definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, devendo o fiscal do contrato e a Comissão de Recebimento avaliarem as características dos materiais, declarando sua conformidade com as especificações exigidas.
  - h) Os materiais entregues deverão estar acondicionados em embalagens originais, (no que couber) lacradas e apropriadas para o transporte e armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto.

### **7 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações gerais da Contratada, além de outras estabelecidas no Edital, em seus anexos e no instrumento contratual:

- a) Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas, condições estas que deverão ser comprovadas durante a vigência, à medida que forem vencendo os prazos de sua validade.
- b) Fornecer os produtos requisitados em até 30 (trinta) dias após Autorização de Fornecimento expedida pelo SAS, no almoxarifado, situado à Av. Governador Benedito Valadares, 181 - Bairro Padre Cunha, sem qualquer ônus para o SAS, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) Promover a entrega em embalagens adequadas para proteger o conteúdo do material contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes, por rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos, correndo por conta da contratada os custos correspondentes;
- d) Assumir inteira responsabilidade pela qualidade dos itens fornecidos, bem como observar rigorosamente a regulamentação e as especificações técnicas, aplicáveis a cada caso, executando todo o fornecimento com esmero e perfeição.
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades referentes ao fornecimento do material adquirido.
- f) Sujeitar-se à aplicação das penalidades previstas na cláusula das sanções, quando recusar-se, injustificadamente, a realizar a entrega na forma e dentro do prazo estabelecido.
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.
- h) Responder por danos causados diretamente ao SAS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

### **8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Avaliar a fiel observância do que foi pactuado, através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento do objeto, registrando em relatório as deficiências porventura existentes, notificando a empresa e determinando prazo para a regularização das falhas observadas.
- b) Atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega dos itens por meio do Fiscal de Ata, quando estiver de acordo com as exigências do Edital, seus Anexos e do Contrato.
- c) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, na forma convencionada na Contrato, referentes às notas



fiscais/faturas atestadas quanto à efetiva entrega do objeto desta licitação, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas.

### 9 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a gestão do presente contrato será realizada pelo servidor **Edilander Nascimento Amaral**, que deverá acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases, até a assinatura do contrato; manter o processo organizado e sob sua guarda, controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, a necessidade de prorrogação ou de nova contratação; encaminhar a Nota Fiscal ao setor financeiro para pagamento; cuidar dos incidentes relativos a pagamentos, de questões ligadas à documentação, ao reequilíbrio econômico-financeiro; manter planilha atualizada com todos os quantitativos entregues pela contratada, dentre outras funções.
- b) A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor **José Wellington da Silva**, devendo exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, informando à Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos fornecidos pela contratada, bem como atestar as notas fiscais e encaminhá-las para pagamento, se estas não precisarem de nenhum saneamento; propor soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.
- Obs:** A Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, a sua ocorrência não implica corresponsabilidade do SAS ou de seus agentes e/ou prepostos (fiscais).

### 10 – VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência da Ata será de 12 (doze) meses, a contar da última assinatura.

### 11 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias, através de depósito bancário, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal, devidamente recebida em caráter definitivo através de ateste pela Comissão de Recebimento e pelo fiscal do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** Em caso de irregularidade fiscal, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA - para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa da CONTRATADA aceita pela CONTRATANTE. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da CONTRATADA, ou apresentação de defesa aceita pela CONTRATANTE, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula contratual, estará o Contrato passível de rescisão e a CONTRATADA sujeita às sanções administrativas previstas neste Termo

### 12 – SANÇÕES

Conforme art. 86 da Lei 8666/93 "O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**-Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:**

I- advertência;

II- Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III-suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



40  
PSR

prazo não superior a 2 (dois) anos;

**IV-declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior**

**§ 1º** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**§ 2º** As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**§ 3º** A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei.**

**I-** Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de

**II** -Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**III** - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados."

Atenciosamente;

\_\_\_\_\_  
**Solicitante: Edilander Nascimento Amaral**

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
**Fiscal do Contrato: José Wellington da Silva**

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Gestor do Contrato **Edilander Nascimento Amaral**

\_\_\_\_\_  
/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Gestor Orçamentário e Financeiro

\_\_\_\_\_  
/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Secretário

\_\_\_\_\_  
/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

MFG-





# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES



41  
PSR

ANEXO 07

MINUTA DO CONTRATO

## MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/SAS/XXXX

EMENTA: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº (...) - AQUISIÇÃO DE QUADRO DE COMANDO ELÉTRICO E PÁRA-RAIOS DE DISTRIBUIÇÃO - SERVIÇO DE ÁGUA E SANEAMENTO – SAS - (...) – PROCESSO Nº 055/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2023.

**CONTRATANTE – SAS- SERVIÇO DE ÁGUA E SANEAMENTO (SAS)**, autarquia do Município de Barbacena – MG, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº 17.714.486/0001-22, com sede na Av. Governador Benedito Valadares, nº 181, Bairro Padre Cunha, CEP 36202-328, Barbacena – MG, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **Daniel Salgarello**, nomeado pela Portaria nº 22.229 de 04 de janeiro de 2021.

**CONTRATADO (A) – (...).**

Por este instrumento público as partes acima qualificadas ajustam entre si o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº (...)**, decorrente do Processo nº 055/2023 - Pregão Eletrônico nº 038/2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA 1ª — DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente contrato é a **aquisição de quadro de comando elétrico e para-raios de distribuição**, conforme especificações e valores constantes da tabela abaixo:

ITEM LOTE	COD	QTD	UND	ESPECIFICAÇÕES	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
(...)		(...)	(...)	Conforme Anexo 01 do edital		R\$...	R\$...
						R\$...	

### **CLÁUSULA 2ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 – As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

17.512.0034.1142 – MELHORIAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAS  
44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

### **CLÁUSULA 3ª — DA VIGÊNCIA**

3.1 – A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, e até 31/12/2023 para efeitos financeiros e fiscais.

3.2 – A contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES



42  
PSR

licitação, devendo comunicar a contratante imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

## **CLÁUSULA 4ª – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1 – O preço máximo definido para o presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ . O valor máximo aceitável por unidade encontra-se discriminado no Anexo 01 do edital.

4.2 – O pagamento da despesa obedecerá aos Artigos 5º e 54 da Lei 8.666/1993, e Artigo 63 da Lei 4.320/64, e será feito em até 30 (trinta) dias, através de depósito bancário, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal, devidamente recebida em caráter definitivo através de ateste pela Comissão de Recebimento e pelo Fiscal do Contrato.

4.2.1 – O pagamento será efetuado com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura de referência, devidamente conferida e atestada pela unidade responsável, mediante crédito em conta corrente no domicílio bancário da contratada. Entende-se por domicílio bancário a identificação do Banco, agência e conta corrente a creditar, que deverá constar da Nota Fiscal/Fatura.

4.3 – Caso ocorra, a qualquer tempo, irregularidade na emissão do documento fiscal ou a não aceitação de algum produto e/ou serviço, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pelo contratado.

4.4 – A contratada apresentará no Setor Financeiro do SAS, os originais das certidões de regularidade de débitos das fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, bem como certidões negativas de débitos do INSS, FGTS e CNDT, todas válidas e regulares.

4.5 – Não será pago o produto entregue em desacordo com as especificações do Edital.

## **CLÁUSULA 5ª – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO**

5.1 - A contratada deverá entregar os produtos, no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta ofertada, na sede do SAS, à Avenida Governador Benedito Valadares, nº 181, Bairro Padre Cunha, com carga e descarga por conta do fornecedor ou em outro local dentro do perímetro urbano do município de Barbacena, informado pelo responsável pela emissão da Autorização de Fornecimento, no horário de 09.00 às 17:00 horas.

5.2 - A contratada terá até 30 (trinta) dias para a entrega dos produtos, contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitido pelo Setor de Compras do SAS.

5.2.1 - Serão realizados dois pedidos, um pedido em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato e outro pedido 06 (seis) meses após a assinatura do contrato.

5.3 - A contratada deverá comunicar com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas ao setor competente, através do número (32) 3339-6835 ou (32) 3339 -6800 para que no momento da entrega a Comissão de Recebimento de Materiais do SAS esteja presente para o correto recebimento.

5.4 - Todos os produtos deverão ser fabricados conforme Normas Técnicas da ABNT a empresa Contratada deverá seguir os procedimentos das NORMAS, abaixo elencadas:

5.4.1 - NR 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

5.4.2 - NBR 5280:1983 - Símbolos literais de identificação de elementos de circuito;

5.4.3 - NBR 5410:2008 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



43  
PSR

- 5.4.4 - NBR 5419-1:2015 - Proteção contra Descargas Atmosféricas Parte 1: Princípios gerais;
- 5.4.5 - NBR 5419-2:2018 - Proteção contra Descargas Atmosféricas Parte 2: Gerenciamento de Risco;
- 5.4.6 - NBR 5419-3:2018 - Proteção contra Descargas Atmosféricas Parte 3: Danos físicos a Estrutura Perigos Vida;
- 5.4.7 - NBR 5419-4:2018 - Proteção contra Descargas Atmosféricas Parte 4: Sistemas Elétricos e Eletrônicos internos na Estrutura;
- 5.4.8 - NBR 5444:1989 - Símbolos Gráficos para Instalações Elétricas Prediais;
- 5.4.9 - NBR 6181:2003 - Classificação de meios Corrosivos;
- 5.4.10 - NBR 7008-1:2021 - Chapas e bobinas de aço revestidas com zinco ou liga zinco-ferro pelo processo contínuo de imersão a quente - parte 1: requisitos;
- 5.4.11 - NBR 9209:1986 - Preparação de superfícies para pintura - processo de fosfatização - procedimento;
- 5.4.12 - NBR 11003:2010 - Tintas - determinação da aderência;
- 5.4.13 - NBR 13570:2021 - Instalações Elétricas em locais de Afluência de Público – Requisitos Específicos;
- 5.4.14 - NBR 15014-2003 - Conversor a Semicondutor - Sistema de Alimentação de Potência Ininterrupta, com saída em Corrente Alternada (Nobreak) – Terminologia;
- 5.4.15 - NBR 16384:2020 - Segurança em Eletricidade;
- 5.4.16 - NBR 16521:2016 - Cabeamento Estruturado Industrial;
- 5.4.17 - NBR 16932:2020 - Redes e Sistemas de Comunicação para Automação de Sistemas de Potência - Orientações sobre Engenharia de Rede;
- 5.4.18 - NBR IEC 60050-426:2022 - Vocabulário eletrotécnico internacional - Parte 426: Equipamentos para atmosferas explosivas;
- 5.4.19 - NBR IEC-60079-14:2016 - Atmosferas explosivas - Parte 14: Projeto, seleção e montagem de instalações elétricas;
- 5.4.20 - NBR IEC 60309-1-2011 Plugues e tomadas para uso industrial Parte 1: Requisitos gerais;
- 5.4.21 - NBR IEC 60445:2020 - Princípios Básicos e de Segurança para as Interfaces Homem máquina, Marcação e Identificação - Identificação dos Bornes de Equipamentos, das extremidades dos Condutores e dos Condutores;
- 5.4.22 - NBR IEC 60529:2017 - Graus de proteção para invólucros de equipamentos elétricos (Código IP);
- 5.4.23 - NBR IEC 60947-1:2013 - Dispositivo de manobra e comando de baixa tensão Parte 1: Regras gerais;
- 5.4.24 - NBR IEC 60947-2:2013 - Dispositivo de manobra e comando de baixa tensão Parte 2: Disjuntores;
- 5.4.25 - NBR IEC 60947-3:2014 - Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão Parte 3: Interruptores seccionadores, interruptores-seccionadores e unidades combinadas com fusíveis;
- 5.4.26 - NBR IEC 60947-4-1:2018 - Dispositivo de manobra e comando de baixa tensão Parte 4-1: Contatores chaves de partidas de motores - Contatores e chaves de partidas de motores eletromecânicos;



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



44  
PSR

- 5.4.27 - NBR IEC 60947-4-2:2011 - Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão Parte 4-2: Contatores e partida de motores - Controladores de partida de motores c.a. a semicondutores;
- 5.4.28 - NBR IEC 60947-5-1:2020 - Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão Parte 5-1: Dispositivos e elementos de comutação para circuitos de comando — Dispositivos eletromecânicos para circuito de comando;
- 5.4.29 - NBR IEC 60947-6-1:2015 - Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão Parte 6-1: Equipamentos com funções múltiplas - Equipamentos de comutação de transferência;
- 5.4.30 - NBR IEC 60947-7-1:2014 - Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão Parte 7-1: Equipamentos auxiliares — Blocos de conexão para condutores de cobre;
- 5.4.31 - NBR IEC 60947-7-2:2014 - Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão Parte 7-2: Dispositivos auxiliares - Blocos de conexão para condutor de proteção para condutores em cobre;
- 5.4.32 - NBR IEC 61000-4-13:2021 - Compatibilidade Eletromagnética (EMC) Parte 4-13: Técnicas de Ensaio e Medição - Harmônicas e Inter harmônicas, incluindo sinalização por Rede Elétrica na porta de alimentação c.a., Ensaios de Imunidade de baixa frequência;
- 5.4.33 - NBR IEC 61000-5-13:2021 - Sistemas Eletrônicos para Residências e Edificações (HBES) e Sistemas de Automação e Controle de Edificações (BACS) Parte 5-3: Requisitos EMC para HBES/BACS a serem utilizados em Ambientes Industriais;
- 5.4.34 - ABNT IEC/TR 61439-0:2017 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão; Parte 0: Diretrizes para Especificação dos Conjuntos;
- 5.4.35 - NBR IEC 61439-1:2017 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 1: Regras gerais;
- 5.4.36 - NBR IEC 61439-2:2016 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 2: Conjuntos de Manobra e Comando de Potência;
- 5.4.37 - NBR IEC 61439-3:2017 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 3: Quadro de Distribuição destinado a ser utilizado por Pessoas Comuns (DBO);
- 5.4.38 - NBR IEC 61439-4:2019 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 4: Requisitos particulares para Conjuntos para Canteiro de Obras (CCO);
- 5.4.39 - NBR IEC 61439-5:2019 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 5: Conjuntos para Redes de Distribuição Pública;
- 5.4.40 - NBR IEC 61439-6:2018 - Conjuntos de Manobra e Comando de Baixa Tensão Parte 6: Sistemas de linhas Elétricas Pré-fabricadas;
- 5.4.41 - NBR IEC-61643-11:2022 - Dispositivos de proteção contra surtos de baixa tensão Parte 11: Dispositivos de proteção contra surtos conectados aos sistemas de baixa tensão - Requisitos e métodos de ensaio;
- 5.4.42 - NBR IEC-61643-32:2022 - Dispositivos de Proteção contra Surtos de baixa tensão Parte 32: DPS conectado no lado corrente contínua das instalações fotovoltaicas - Princípios de Seleção e Aplicação;
- 5.4.43 - NBR IEC 62208:2013 - Invólucros vazios destinados a conjunto de manobra e controle de baixa tensão requisitos gerais;
- 5.4.44 - NBR ISO 9001:2015 - Sistemas de gestão da qualidade - requisitos;
- 5.4.45 - NBR ISO 14001:2015 - Sistema de gestão ambiental e especificação e diretrizes para uso;



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



45  
PSR

- 5.4.46 - NBR ISO 14002-1:2022 - para abordar aspectos e condições ambientais dentro de uma área de temática ambiental Parte 1: Geral;
- 5.4.47 - IEC 60269-4:2009 Low-voltage Fuses - Part 4: Supplementary Requirements For fuse links for the Protection of Semiconductor devices;
- 5.4.48 - IEC 60617:2012 - Graphical symbols for diagrams;
- 5.4.49 - NBR IEC 62381:2019 - Sistemas de Automação de Processos Industriais - Testes de Aceitação em Fábrica (TAF), Testes de Aceitação em Campo (TAC) e Testes de Integração em Campo (TIC);
- 5.4.50 - IEC 62648:2022 - Graphical symbols for use on equipment - Guidelines for the inclusion of Graphical symbols in IEC publications;
- 5.4.51 - IEC TR 62687:2015 - Graphical Symbols for use on Equipment – Vocabulary;
- 5.4.52 - NBR IEC/PAS 62545:2011 - Informação Ambiental para Equipamentos Eletroeletrônicos;
- 5.4.53 - Portaria INMETRO/MDIC, número 51: 2014 - Avaliação da Conformidade para Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- 5.4.54 - Na proposta o licitante deverá informar a garantia dos itens explicitando a validade de 12 meses.
- 5.4.55 - No caso da apresentação importados, deverá haver a menção da origem do país e de uma declaração explícita do compromisso de assistência técnica e principalmente de reposição de peças no prazo máximo de 3 dias.
- 5.4.56 - IEC 60099-4 / NBR 16050. E ANSI C62.11.
- 5.5 - O produto deverá possuir garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados da data da entrega;
- 5.5.1 - Não serão aceitos produtos com mais de 03 (três) meses de fabricação, pois o material é susceptível a deteriorações se armazenado por longo período sem utilização;
- 5.5.2 - Os materiais deverão ser entregues completos em embalagens lacradas e protegidos contra danos no transporte. (Tanto o Quadro bem como os Para-Raios);
- 5.5.3 - Os materiais deverão estar em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT NBR, em sua última revisão para cada produto ofertado;
- 5.5.4 – A contratada deverá fornecer, no momento da entrega dos materiais, a relação de endereços da assistência técnica e fornecedores/fabricantes de peças de reposição de cada material/equipamento, onde aplicável;
- 5.5.5 - Deverá constar na proposta comercial a descrição detalhada, contendo discriminação qualitativa e quantitativa de todos os seus componentes, inclusive com identificação de marca, modelo e procedência de cada um dos itens;
- 5.5.6 - A contratada deverá fornecer junto com o material/equipamento adquirido o Manual de Instrução, Operação e Manutenção, em língua portuguesa, inclusive de partes auxiliares, o Termo de Garantia, bem como os desenhos e relatórios de todos os ensaios de recebimento/rotina previstos no edital e nas normas ABNT NBR, em suas últimas revisões;
- 5.5.7 - Não será aceito material/equipamento com componentes elétrico-mecânicos reconicionados, manufaturados ou qualquer outra terminologia empregada para indicar que o produto é proveniente de reutilização de material;
- 5.5.8 - Deve ser fornecido o material com os dizeres técnicos identificados/gravados no corpo de modo indelével, tais como: referência técnica, tipo do material/acabamento, faixa de aplicação em mm<sup>2</sup> (Seção), nome do fabricante, data de fabricação, em local visível e de



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES



46  
PSR

fácil identificação. Demais especificações, conforme indicadas na norma correspondente da ABNT NBR, em sua última revisão, que devem constar em ficha técnica que devem acompanhar o item;

5.5.9 - Cada material deve ser fornecido completo com todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, ou seja, conforme estabelecido na norma ABNT NBR e em outras considerações constantes no Edital;

5.5.10 - Caso o material venha a apresentar defeito após a instalação, a garantia deverá também abranger os custos de reparo ou substituição, que deverá ocorrer num prazo máximo de 07 (sete) dias corridos da notificação;

5.5.11 - O fornecedor não pode entregar o material/equipamento com data de fabricação maior que 3(três) meses, a fim de não prejudicar o prazo de garantia contratual. Nesse e todos os casos a garantia se iniciará após o aceite final do agente do SAS;

5.5.12 - A contratada deverá atender o estabelecido no Manual do Consumidor da CEMIG, bem como nas normas ABNT NBR citadas nas descrições dos materiais;

## **CLÁUSULA 6ª – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

6.1 – Observado o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

6.1.1 - Provisoriamente, assim que efetuada a entrega, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e, em definitivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da entrega;

6.1.2 - Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, os produtos poderão ser recusados de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

6.1.3 - Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o pactuado ou foi entregue em quantitativo inferior ao solicitado, o gestor do contrato notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante, no prazo que lhe restar daquele indicado acima.

6.1.4 - O Recebimento Definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, devendo o fiscal do contrato e a Comissão de Recebimento avaliarem as características dos materiais, declarando sua conformidade com as especificações exigidas.

6.1.5 - Os materiais entregues deverão estar acondicionados em embalagens originais, (no que couber) lacradas e apropriadas para o transporte e armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto.

## **CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

7.1 – Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas, condições estas que deverão ser comprovadas durante a vigência, à medida que forem vencendo os prazos de sua validade.

7.2 – Fornecer os produtos requisitados em até 30 (trinta) dias após Autorização de Fornecimento expedida pelo SAS, no almoxarifado, situado à Av. Governador Benedito



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES



47  
PSR

Valadares, 181 - Bairro Padre Cunha, sem qualquer ônus para o SAS, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como frete, seguro e descarregamento das mercadorias;

7.3 – Promover a entrega em embalagens adequadas para proteger o conteúdo do material contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes, por rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos, correndo por conta da contratada os custos correspondentes;

7.4 – Assumir inteira responsabilidade pela qualidade dos itens fornecidos, bem como observar rigorosamente a regulamentação e as especificações técnicas, aplicáveis a cada caso, executando todo o fornecimento com a qualidade exigida no edital.

7.5 – Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades referentes ao fornecimento do material adquirido.

7.6 – Sujeitar-se à aplicação das penalidades previstas na cláusula das sanções, quando recusar-se, injustificadamente, a realizar a entrega na forma e dentro do prazo estabelecido.

7.7 – Reparar, corrigir, remover, reconstituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.

7.8 – Responder por danos causados diretamente ao SAS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

## **CLÁUSULA 8ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1 – Avaliar a fiel observância do que foi pactuado, através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento do objeto, registrando em relatório as deficiências porventura existentes, notificando a empresa e determinando prazo para a regularização das falhas observadas.

8.2 – Atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega dos itens por meio do Gestor de Contrato, quando estiver de acordo com as exigências do Edital, seus Anexos e do Contrato.

8.3 – Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, na forma convencionada no Contrato, referentes às notas fiscais/faturas atestadas quanto à efetiva entrega do objeto desta licitação, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas.

## **CLÁUSULA 9ª – DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA**

9.1 – Após a assinatura do Contrato, o SAS emitirá Requisição de Empenho e Autorização de Fornecimento, visando a execução do objeto licitado, de acordo com as suas necessidades.

9.2 – A Autorização de Fornecimento e o pedido de empenho poderão ser cancelados pelo SAS nas seguintes hipóteses:

- a) unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas no art. 78 da Lei 8.666/93 e alterações.
- b) bilateralmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da contratante, após acordo entre as partes.
- c) judicialmente, nos termos da legislação.



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES



48  
PSR

## **CLÁUSULA 10ª – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

10.1 – Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a gestão do contrato será realizada pelo servidor **Edilander Nascimento Amaral** e sua fiscalização ficará a cargo do servidor **José Wellington da Silva**, cujas atribuições estão mencionadas na cláusula 9 do Termo de Referência (Anexo 06).

10.2 – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, a sua ocorrência não implica corresponsabilidade do SAS ou de seus agentes e/ou prepostos fiscais.

## **CLÁUSULA 11ª - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO**

11.1 – Os valores constantes do Contrato poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens, cabendo ao contratante promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666, de 1993.

11.1.1 – As eventuais solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro do competente contrato serão analisadas consoantes os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Nº 8.666/1993, fazendo-se acompanhar da comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a CONTRATADA poderá pleitear a revisão de preços, desde que devidamente fundamentada acompanhada de documentação que demonstre o impacto nos custos do contrato, com sua respectiva demonstração analítica.

11.1.2 – Independentemente de solicitação feita pela CONTRATADA, o Gestor poderá, a qualquer momento, reduzir os preços contratados, em conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no diário Oficial do Município de Barbacena.

11.1.3 – A mera solicitação de revisão de preços e a mera alegação de ocorrência de álea econômica extracontratual por parte da empresa não configura subsídio jurídico-administrativo suficiente para sua concessão, pois, em alinhamento a decisões do Tribunal de Contratos da União – TCU – sobre a matéria, faz-se imprescindível comprovação documental analítica nos autos que demonstre de forma inequívoca o fator gerador do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de modo que a não revisão impossibilitará a contratada de continuar a execução do ajuste.

11.2 – Os preços revisados não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantidas as condições de pagamento fixadas no Edital e no Contrato.

## **CLÁUSULA 12ª - DO REAJUSTE**

12.1 – Os valores constantes do Contrato oriundo da presente licitação serão reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e expedido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nos termos do art. 65, § 8º da Lei 8.666/93.





# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES



49  
PSR

12.1.1 – A periodicidade do Contrato será contada a partir da data limite para apresentação da proposta.

12.2 – O reajuste ou correção monetária se dará de acordo com as disposições previstas nas Leis 10.192/2001 e 8.666/93, naquilo que não conflitarem.

### **CLÁUSULA 13ª – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

13.1- O contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93 desde que haja interesse do Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

13.2 - A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora estipuladas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários durante a execução deste contrato, de acordo com o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA 14ª – DA RESCISÃO**

14.1 - A Contratada reconhece os direitos da Administração decorrentes de rescisão contratual, na forma do art. 77 da Lei n. 8.666/93.

14.2 - A inadimplência parcial ou total por parte da Contratada das cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato assegurará à Contratante o direito rescindi-lo, mediante notificação escrita, entregue diretamente ou por via postal com aviso de recebimento, ficando a critério da Contratante declarar rescindido o presente Contrato nos termos desta cláusula e/ou aplicar as multas previstas neste termo contratual e as demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

14.3 - O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

14.4 - No caso de rescisão por razões de interesse público, a Contratante enviará à Contratada o aviso prévio, com antecedência de 30 (trinta) dias.

14.5 - A rescisão dar-se-á de pleno direito e independará de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos casos previstos no art. 78, IX, X e XVII, da Lei nº 8.666/93.

14.6 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.7 - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da Contratada, a Contratante responderá pelo preço estipulado na Cláusula quarta, em face dos serviços efetivamente prestados pela Contratada até a data da rescisão de acordo com as especificações do contrato.

### **CLÁUSULA 15ª – DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA**

15.1 - Aplicam-se a este contrato, ainda que nele não transcritas ou citadas, a Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, bem como as leis e atos normativos federais, estaduais e municipais que disciplinam a matéria e o objeto contratado, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei n. 8.666/93.

### **CLÁUSULA 16ª – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1 – A proponente que fornecer declaração falsa relativa aos cumprimentos dos requisitos de habilitação, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



50  
PSR

proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública do Município de Barbacena, pelo prazo de até 05 (cinco) anos (art. 7º da Lei Federal 10.520/02), enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2 – A inexecução total ou parcial do contrato ou instrumentos equivalentes, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções, conforme artigo 86 a 88 da Lei Federal 8666/93 e alterações posteriores.

a) A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para adoção das necessárias medidas corretivas, a fim de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer obrigação contratualmente assumida e/ou qualquer instrumento equivalente, ou desatender às determinações da autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

b) A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados dos prazos estipulados, pode ser aplicada cumulativamente com as sanções restritivas de direitos, previstas nos incisos III e IV, do art. 87 da Lei 8.666/93, nos casos de inexecução total e parcial do contrato e/ou instrumento equivalente;

c) A pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal destina-se a punir a reincidência em faltas já apenadas com advertência, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato;

d) A declaração de inidoneidade do contratado, sanção administrativa de máxima intensidade, destina-se a punir as faltas gravíssimas de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

16.3 – Na estipulação do prazo de suspensão dos direitos do contratado, que não poderá exceder a 02 (dois) anos, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade;

16.4 – A pena de suspensão dos direitos do contratado impede-o, durante o prazo fixado, de participar de licitações promovidas pelos órgãos da Administração Municipal, bem como de com eles celebrar contratos;

16.5 – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula é de competência do Diretor-Geral do SAS, facultada a defesa prévia do contratado no respectivo processo administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da abertura de vistas;

16.6 – Decorrido o prazo da declaração de inidoneidade, o interessado poderá requerer a sua reabilitação, cujo deferimento está condicionado ao ressarcimento dos prejuízos resultantes da ação punida.

16.7 – A multa prevista nesta cláusula será:

I – de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

II – de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

III – de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma e o descumprimento dos prazos fixados para a entrega dos bens e materiais adquiridos, até o máximo de 30



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



51  
PSR

(trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento total ou parcial da obrigação, neste último caso, calculada sobre a parcela em atraso. O SAS, após este prazo, aplicará cumulativamente a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e/ou instrumento equivalente, ou sobre o valor correspondente à parcela não executada;

IV – Na hipótese do previsto no item III anterior, se o descumprimento da obrigação comprometer o regular desenvolvimento das funções administrativas, a multa poderá ser cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com os órgãos da Administração Municipal, por prazo legal, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

16.8 – O valor correspondente a multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contratado, será descontado do primeiro pagamento devido pelo SAS em decorrência da execução contratual e/ou instrumento equivalente.

16.9 – Na hipótese de descumprimento total da obrigação, após a celebração do contrato, caso tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da mesma.

16.10 – Na hipótese de descumprimento total da obrigação em face do não atendimento da convocação para a assinatura do contrato, bem como, o valor das penalidades pecuniárias previstas nesta cláusula, deverá ser recolhido junto à Tesouraria do SAS, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação, conforme estipulado nos incisos I, II e III do item 7 desta cláusula.

16.11 – O não recolhimento da multa no prazo estipulado implicará a sua inscrição na dívida ativa, para cobrança judicial.

16.12 – As multas não têm caráter compensatório, são independentes e cumulativas e não eximem a contratada da plena execução do contrato.

16.13 – Se a contratada ficar temporariamente impossibilitada, por motivo de força maior, de cumprir com suas obrigações e responsabilidades, poderá comunicar, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração dos prazos pretendidos.

16.14 – O comunicado de força maior será julgado à época do seu recebimento com relação a aceitação ou não dos motivos, podendo ou não a contratante averiguar em fase superior a veracidade do fato.

### **CLÁUSULA 17ª — DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

17.1- A Contratada responderá por todo e qualquer dano provocado à Contratante, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela Contratante, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

17.2 - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo ou qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela Contratante, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela Contratada, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela Contratante a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.



# SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES



52  
PSR

17.3 - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da contratada for apresentada ou chegar ao conhecimento da contratante, este comunicará a contratada por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar à contratante a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela contratada não a eximem das responsabilidades assumidas perante a Contratante, nos termos desta cláusula.

17.4 - Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da Contratante, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pela Contratada, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à Contratante, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da Contratada;
- b) execução da garantia prestada se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério da Contratante.

### **CLÁUSULA 18ª - DO TERMO DE QUITAÇÃO**

18.1 - Ao término das obrigações referentes a este Contrato a Contratada deverá encaminhar à Diretoria Administrativa e Financeira um termo de quitação assinado e datado por seu representante legal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

18.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerado como dada plena, rasa e total a quitação em favor da Contratante dos débitos referentes ao presente Contrato.

### **CLÁUSULA 19ª - DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL**

19.1 - É parte integrante e complementar deste Contrato, de observância obrigatória, o Processo nº 055/2023 – Pregão Eletrônico nº 038/2023, e seus anexos, independentemente de transcrição, devendo em caso de eventual conflito com alguma(s) cláusula(s) ora firmada(s) prevalecer o (a) que for mais benéfico ao Contratante.

### **CLÁUSULA 20ª - DO FORO**

20.1 - As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Barbacena – MG para dirimir eventuais conflitos e/ou questões decorrentes deste Contrato Administrativo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e combinadas, as partes assinam o presente contrato administrativo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza todos os seus efeitos.

Barbacena - MG, (data).

ASSINATURAS